

## CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 31 março a 04 de abril de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

**1-31/03/2014**

### Glencore avança em investimento na Mauritânia

Por **Katrina Manson e Javier Blas | Financial Times, de Nouakchott (Mauritânia) e Genebra**

A Glencore se livrou de um grande obstáculo às suas ambições de se tornar uma companhia de mineração de ferro ao fechar um contrato de US\$ 1 bilhão com o governo da Mauritânia, país no leste da África. O acordo lhe dará acesso a vias férreas e portos do país.

A gigante das commodities quer expandir suas operações para minério de ferro, um ingrediente importante na fabricação de aço e uma importante fonte de lucros para concorrentes, como Rio Tinto, BHP Billiton [anglo-australianas) e a brasileira Vale.

A companhia quer desenvolver três grandes projetos na Mauritânia. Dois deles serão realizados em parceria com a mineradora estatal do país Société Nationale Industrielle et Minière (SNIM), que tem exclusividade na exportação do minério de ferro local desde a década 60.

O contrato para acesso às linhas ferroviárias é um dos três obstáculos à construção da mina de Askaf, localizada em uma região remota do país. Apesar de a Mauritânica - que tem no minério de ferro metade de suas exportações e um quarto de sua economia de apenas US\$ 4 bilhões -, querer ampliar a produção local, o governo e a Glencore negociaram o contrato por cerca de dois anos.

Inicialmente, a SNIM pediu à Glencore um valor muito alto para liberar o acesso por um período de 20 a 25 anos, de acordo com pessoas com conhecimento das negociações. Mas, recentemente, as duas companhias chegaram a um acordo preliminar, restando apenas alguns pontos finais a serem discutidos.

"Eles acertaram com a SNIM o preço por tonelada para usar a malha férrea de acordo com práticas internacionais", afirmou Mohamed Ould Khouns, ministro de óleo, energia e minas da Mauritânia em entrevista ao "Financial Times" em Nouakchott, capital do país.

A Glencore também está próxima de chegar a um acordo para a contratação das obras da mina, o que resolveria o segundo problema. Mas a companhia ainda está negociando com o governo da Mauritânia questões fiscais relativas à operação da nova mina, o seu terceiro e último obstáculo para o investimento. Essas conversas ainda podem demorar vários meses, disseram pessoas com conhecimento do processo.

Mesmo que a Glencore resolva todos os obstáculos nos próximos meses, a mina dificilmente vai ter seu primeiro carregamento de minério de ferro retirado antes do fim da década.

**2-31/03/2014**

## **Reserva é referência para futura receita ambiental**

Por **Sergio Adeodato** | **Para o Valor, de Linhares**

A conclusão de um estudo pioneiro no Brasil, que no ano passado calculou em US\$ 1 bilhão o valor dos benefícios gerados à sociedade e ao meio ambiente pela reserva natural da mineradora Vale, em Linhares (ES), tornou-se referência para o entendimento dos acionistas sobre a importância de se manter financeiramente um ativo ambiental que não gera lucro e está dissociado da atividade-fim da empresa.

"O resultado foi surpreendente e poderá subsidiar futura receita no mercado de serviços ambientais, em construção no país", aponta Luiz Felipe Campos, gerente de biodiversidade e florestas.

Os valores do estudo se referem ao simples fato de aquele ambiente existir e estar protegido, e não ao uso efetivo da área. "O patrimônio guardado na Mata Atlântica, território globalmente estratégico sob o ponto de vista da conservação, é chave para a reputação e compromissos internacionais da companhia", ressalta Campos.

Regulação climática, proteção do solo, polinização, recreação e lazer foram fatores considerados na análise. "Por conta do que representa para a população, a reserva gera muito mais ganhos do que gastos", atesta Ronaldo Seroa, professor de Economia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e um dos integrantes do estudo, elaborado em parceria com Universidade da Califórnia e a empresa Quest Inteligência de Mercado.

A maior parte dos benefícios, diz ele, não se traduz diretamente no fluxo de caixa. É intangível e, assim reconhecido, justifica a manutenção deficitária da área, ao custo R\$ 7 milhões por ano e receita de R\$ 880 mil com turismo, venda de mudas nativas e outras fontes de recursos.

Com 23 mil hectares, a Reserva Natural da Vale, adjacente aos 46 mil hectares da Reserva Biológica de Sooretama, compõe um mosaico de conservação numa das últimas regiões do litoral brasileiro a ser explorada para madeira, após o ciclo do ouro e do café.

A área hoje ocupada pela reserva foi adquirida pela empresa na década de 1950 com objetivo de produzir madeira a ser utilizada como dormentes na Estrada de Ferro Vitória-Minas, que serve à mineração. Vinte anos depois, diante do lento ciclo de crescimento das árvores, percebeu-se que seria mais fácil e barato comprar o material de terceiros, em vez de explorar a floresta, que acabou ganhando outras finalidades.

Aberta à visitação, a reserva tem estrutura de hotelaria e trilhas e um dos últimos remanescentes de floresta de tabuleiro, com espécies frondosas de dossel alto, como a maçaranduba, o pequi-vinagreiro e o jequitibá-rosa. Foram catalogadas quase 200 espécies da fauna ameaçadas de extinção, como as onças-pintadas monitoradas por câmeras. No centro de visitantes, um museu expõe apetrechos de caçadores e outros vestígios de atividades geradoras de impacto.

O herbário guarda 14,7 mil amostras de plantas. "São essenciais para entender a dinâmica da floresta", afirma Geovane Siqueira, o guardião da coleção, botânico autodidata que no passado trabalhava em serraria na produção de vassouras e caixas de madeira para frutas e hoje cursa o segundo ano de Biologia na universidade.

No recinto ao lado, a xiloteca armazena amostras de madeira, algumas já raras na natureza, como o jacarandá-da-Bahia e a sucupira. Parte delas é estudada em campos experimentais de cultivo de árvores, dentro da reserva, com propósito de viabilizar plantações comerciais de espécies madeireiras nativas. A castanheira, hoje de exploração proibida na mata natural, é uma das opções promissoras para os plantios, dentro de sistemas agroflorestais. "São importantes outros usos econômicos até as árvores ficarem adultas e prontas para o corte", diz Jonacir Souza, responsável pelos experimentos.

O projeto se integra ao objetivo de desenvolver a cadeia produtiva da restauração florestal que atende à demanda da mineradora e de outros empreendimentos. A recuperação de áreas degradadas é considerada chave na conservação da Mata Atlântica, negócio que hoje representa uma importante fonte de receita para a reserva, em Linhares, onde há um viveiro capaz de produzir por ano 3 milhões de mudas, rastreadas por sistemas de controle para a garantia da procedência e do êxito dos plantios.

As mudas são vendidas para a própria Vale recuperar áreas de mineração e para projetos de reflorestamento, mas a atual demanda é inferior à capacidade. A atividade deverá se expandir quando o Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto pelo novo Código Florestal, sair do papel e servir de base para a regularização das matas nas propriedades rurais.

A coleta e beneficiamento de sementes para o viveiro são realizados por empresa terceirizada, a Nova Floresta, criada por um ex-funcionário da reserva. Na expectativa dessas operações comerciais, entre outros fatores, a mineradora optou por não transformar a área em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), integrando-se ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

**3-31/03/2014**

**Vale admite perder US\$ 507 milhões pagos por mina de ferro na Guiné**

Por **Francisco Góes e Rafael Rosas** | **Do Rio**

Depois de pelo menos dois anos de discussões e após ter excluído, em 2013, o projeto de seu portfólio de investimentos, a Vale passou a admitir, oficialmente, a possibilidade de amargar a perda dos US\$ 507 milhões aplicados na compra dos direitos minerários da jazida de minério de ferro Simandou, na Guiné, na costa ocidental da África.

A hipótese foi confirmada pela própria empresa em documento protocolado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC, na sigla em inglês), na quinta-feira. "Se o comitê técnico [criado pelo governo local] recomendar a revogação [do direito minerário] e o Governo da Guiné decidir aceitar essa recomendação, a Vale poderá perder todo o seu investimento no projeto de Simandou", disse a empresa no texto, acrescentando que isso ainda está sujeito a eventuais direitos de recurso que a companhia possa ter.

O documento enviado à SEC é conhecido como 20F. A companhia informou ainda a BM&FBovespa sobre o material, também disponível no site da empresa.

Apesar de reconhecer a possível perda do investimento, o **Valor** apurou que a situação da Vale na Guiné continua indefinida. Isso significa que a empresa pode tanto permanecer ou ter que abandonar Simandou. Até agora, o governo do presidente do país, Alpha Condé, ainda não tomou uma decisão final sobre o processo de revisão contratual que busca harmonizar os contratos de mineração atuais com o novo código mineral, adotado em 2011 e alterado em 2013.

A revisão contratual tem regras que preveem o cancelamento ou renegociação de direitos de mineração, dependendo das descobertas e das recomendações do comitê técnico criado pelo governo.

A Vale entrou em Simandou, considerado como um dos melhores depósitos de minério de ferro ainda não explorados do mundo, em abril de 2010, ainda na gestão do ex-presidente Roger Agnelli. Na ocasião, a Vale concordou em pagar US\$ 2,5 bilhões para adquirir 51% da BSG Resources, pertencente ao empresário israelense Beny Steinmetz e que era dona de concessões em Simandou Sul (Zogota) e licenças de exploração em Simandou Norte (blocos 1 e 2).

Zogota tem capacidade nominal de produção estimada de 15 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. As duas empresas se associaram na VBG, sociedade na qual a Vale é detentora de 51% do capital e a BSGR, 49%.

Após pagar os US\$ 507 milhões à BSGR no fechamento da operação, a Vale desembolsaria o valor restante à medida que certas condições fossem atingidas, incluindo um pagamento de US\$ 180 milhões até dezembro de 2012, o que não ocorreu. Os sócios divergiram sobre esse pagamento pois a Vale entendeu que as condições para a realização desse desembolso não foram cumpridas e ocorreu um evento de "força maior" nos termos do contrato.

Depois de o presidente Alpha Condé ter assumido no fim de 2010 comando da Guiné - país que ficou anos sob ditaduras e regimes autoritários - e de o governo ter determinado a revisão dos contratos na mineração, surgiram denúncias sobre supostas práticas de corrupção envolvendo a BSGR. A empresa tornou-se, inclusive, junto com o governo anterior da Guiné, alvo de um processo aberto na Justiça dos Estados Unidos para investigar denúncias de corrupção em torno do projeto de Simandou.

No documento enviado à SEC na semana passada, a Vale informou que, após a revisão dos títulos de mineração, o comitê técnico notificou a VBG, que pretende recomendar que o governo da Guiné revogue o direito minerário detido pela empresa.

"Não temos acesso ao relatório completo do comitê técnico, mas entendemos que sua determinação se baseia em práticas de corrupção com relação à concessão dos direitos de mineração da VBG, antes da aquisição pela Vale da participação na VBG. Até o quanto sabemos, o comitê técnico não alegou delito por parte da Vale. A Vale adquiriu sua participação na VBG após o término da ampla due diligence [auditoria] realizada por consultores externos e com base nas declarações de que a VBG tinha obtido legalmente seus direitos minerários e sem nenhuma promessa ou pagamento indevidos", afirma um trecho do documento.

Se o direito minerário detido pela VBG for cassado, a Vale poderá perder todo o investimento feito na Guiné. Mas, segundo uma fonte próxima ao assunto, ainda não se pode dizer que a Vale vai lançar como prejuízo em seu balanço os US\$ 507 milhões investidos em Simandou.

Já circularam no mercado informações segundo as quais a BSGR poderia ser excluída unilateralmente do projeto. Neste caso, a Vale poderia permanecer em Simandou. Mas não se pode descartar também a cassação dos direitos minerários da VBG como um todo, incluindo a parte da Vale. Ou ainda a transferência da concessão para uma terceira empresa.

Segundo avaliação da fonte, o relatório 20F abordou o caso de Simandou sob uma visão jurídica. Na esfera política, a Vale tem uma boa relação com o presidente Alpha Condé. Murilo Ferreira, presidente da Vale, esteve em janeiro na Guiné e manteve reunião de trabalho com Condé.

Embora haja informação de que o relatório do comitê está pronto para ser entregue ao presidente, não se sabe ao certo se Condé vai acatá-lo parcial ou totalmente, nem quando isso irá ocorrer.

O importante para a Vale, avalia-se, será entender todos os pontos do relatório e, a seguir, entender a decisão do presidente Condé, quando ela for tomada.

**4-31/03/2014**

**Alcoa faz corte de produção e pode demitir ao menos 800**

Por **Olivia Alonso** | De São Paulo

Com o corte de produção anunciado sexta-feira pela Alcoa, de 147 mil toneladas de metal primário, cerca de 800 funcionários poderão ser demitidos, segundo afirmaram ao **Valor** os presidentes de sindicatos dos metalúrgicos de Poços de Caldas (MG) e São Luís (MA).

Na Alumar, em São Luís, onde opera em consórcio com a BHP Billiton, o corte será de 85 mil toneladas, com a paralisação de uma linha inteira de produção a partir de maio. No local, a empresa afirmou que terá que demitir 500 funcionários de um total de 1,8 mil, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Luís, José Maria Araújo.

A americana procurou o sindicato para falar dos cortes na manhã de sexta-feira, no horário em que fez a divulgação global da redução da produção no Brasil.

A Alcoa também encerrará suas operações de fundição em Poços de Caldas, onde atualmente trabalham na atividade cerca de 300 funcionários. A empresa emprega aproximadamente mil pessoas na unidade. Os demais 700 estão envolvidos nas áreas de mineração, processamento de pó de alumínio e refusão do metal, que serão mantidas. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da cidade e região, Ademir Angelini, a companhia informou os trabalhadores que todos os 300 da área de metal primário serão demitidos.

Ao **Valor**, a Alcoa informou que o impacto dos cortes de produção sobre o emprego "está em processo de avaliação pela empresa".

O novo corte de produção ocorre apenas sete meses depois de a empresa ter informado uma redução de 131 mil toneladas nas mesmas unidades. Somados, os dois anúncios significam uma redução de 76,6% na produção em relação a sua capacidade total de alumínio primário no Brasil - de 363 mil toneladas. No ano passado, a Alcoa não fez demissões. Desta vez o número de demitidos em São Luis é maior do que 200 envolvidos na linha que será cortada, diz Araújo.

Segundo os representantes sindicais, a empresa informou que as demissões foram ordenadas pela presidência da Alcoa. Em contrapartida, teria oferecido uma compensação financeira de dois a seis salários aos funcionários que serão desligados, dependendo do tempo de trabalho. Araújo e Angelini disseram que vão procurar a companhia para negociar.

Araújo disse ainda que a empresa estaria fazendo um "desvio de atividade, com redução de produção de alumínio para vender energia no mercado". Já Angelini disse que enviará um ofício ao Ministério Público pedindo mediação em negociações com a Alcoa e um procedimento investigatório para checar se ela se comprometeu a manter empregos em Poços quando tomou empréstimos para investimentos.

Descontentes com a decisão, alguns trabalhadores teriam procurado o departamento de recursos humanos da Alcoa e informado que não iriam desligar as linhas de produção caso não haja negociação, disse Angelini.

O anúncio de corte de produção no Brasil faz parte de um plano global da multinacional, que culminará com a redução de 21% de sua produção em todo o mundo. Para justificar a decisão, a Alcoa citou "condições desafiadoras do mercado global e o aumento do custo de suas operações no país".

De fato, o forte acréscimo da produção de alumínio primário na China - de 70% em quatro anos - tem contribuído para a queda do preço do metal. Apenas nos últimos 12 meses, o recuo foi de 11% na bolsa de Londres (LME) para US\$ 1.725 a tonelada.

No Brasil, o preço da energia tem forte participação no aumento dos custos citados pela Alcoa. Mas a empresa tem geração própria de participações em algumas hidrelétricas locais, com 70% de autossuficiência em relação à capacidade antes dos cortes. Com os dois desligamentos, certamente ela terá excedente de energia para vender no mercado livre do país.

O ex-presidente da companhia Franklin Feder disse ao **Valor** em algumas ocasiões nos últimos dois anos que o custo da energia brasileira estava muito alto comparado com a média global (US\$ 40 o MWh) e que seria necessária uma redução. Chegou a alertar o governo em Brasília. Em nota, o novo presidente para América Latina & Caribe, Aquilino Paolucci, disse que a empresa foi forçada a tomar medidas difíceis na área de fundição no Brasil devido às condições de mercado que a Alcoa enfrenta.

O impacto é grande para a indústria de alumínio no país. Com os cortes da Alcoa e de outras empresas, sua dependência de importações aumentou para suprimento do setor de transformação. Caso a Alcoa mantenha os cortes, o país poderá terminar 2014 com produção de metal na casa de 1,1 milhão de toneladas, ante consumo previsto de 1,5 milhão de toneladas.

Além da Alcoa, no ano passado a Novelis desativou parte de sua linha de Ouro Preto (MG) e a Votorantim Metais reduziu sua produção em 41 mil toneladas em Alumínio (SP). Isso fez com a produção do país recuasse para 1,3 milhão de toneladas de metal.

**5-31/03/2014**

### **Polícia fecha pedreira com extração ilegal de granito no ES**

Serviço danificou área de preservação ambiental de Vila Pavão.  
Responsável será intimado e relatórios serão enviados para o MPES.

Do G1 ES

Uma pedreira com extração ilegal de granito foi localizada durante uma fiscalização da Polícia Militar Ambiental, na localidade de Córrego da Lapa, zona rural do município de **Vila Pavão**, região Norte do estado, na tarde deste sábado (29). O responsável pelo serviço é um homem de 42 anos, que deverá se apresentar à Polícia Federal em São Mateus, na mesma região, assim que for intimado. Toda a documentação produzida sobre o caso, juntamente com um relatório fotográfico, será encaminhada ao Ministério Público Estadual (MPES). O local foi fechado.

Os policiais identificaram que a extração de granito em rocha estava totalmente irregular, e ainda danificou uma área de preservação permanente às margens do Córrego da Lapa. No local, os policiais apreenderam dois compressores, um gerador, uma máquina de fio de corte para corte de pedra, uma escavadeira hidráulica e ainda relacionaram trinta e dois blocos de granito que permaneceram na pedreira.

A atividade foi suspensa e os policiais informaram que foi lavrado um Termo Circunstanciado Ambiental. O responsável pela pedreira será intimado. Segundo policiais que atenderam a ocorrência, é a segunda vez que a Polícia Ambiental registra a mesma situação na propriedade rural.

#### **Entenda a lei**

A Polícia Militar Ambiental alerta que extrair recurso mineral sem licenciamento ambiental é crime, e se a empresa não apresentar nenhum documento que prove que possui o registro mineral da área, junto ao Departamento de Produção Mineral (DNPM), poderá ser indiciada também pelo crime de usurpação de bens da União.

De acordo com o art. 55, da lei nº 9.605/98, que é a lei de crimes ambientais, a extração de mineral sem licença constitui crime, cuja pena prevista vai de 6 meses a 1 ano e multa. O valor da multa aplicada pela exploração irregular do mineral, nos termos do Decreto Federal nº 6.514/08, vai de R\$ 1,5 mil até R\$ 3 mil, por hectare ou fração da área degradada pela atividade.

**6-31/03/2014**

#### **Projeto da Rio Tinto terá duas etapas**

Por **De São Paulo**

A rica jazida de Simandou, comparada em tamanho e qualidade à mina de Carajás, no sul do Pará, que é explorada pela Vale, é tida como o maior projeto de mineração de ferro da África. Os direitos exclusivos de exploração e desenvolvimento dessa reserva ferrífera foram concedidos em 1997 à companhia anglo-australiana Rio Tinto, segunda maior produtora da matéria-prima no mundo e principal concorrente direta da Vale.



Alegando que a Rio Tinto vinha desenvolvendo o projeto com lentidão - "sentada em cima da mina", como diz um jargão do setor -, o governo da Guiné, em 2008, cassou parte dos direitos da empresa, o correspondente à metade da jazida. Logo depois, concedeu a exploração da área retomada ao grupo BSGR, do empresário israelense Beny Steinmetz.

Atualmente, como informa a Rio Tinto em seu site, o projeto encontra-se em fase de desenvolvimento, com estudos para exploração da mina em duas fases. A primeira, com uma produção de aproximadamente 47,5 milhões de toneladas ao ano. Com a segunda etapa, o plano da companhia é atingir 100 milhões de toneladas anuais de extração de minério de ferro em Simandou.

Segundo a empresa, a jazida tem recursos da ordem de 2 bilhões, com teor médio de ferro de 65%. A vida útil da mina é estimada em 40 anos e a Rio Tinto tem como sócios no projeto a chinesa Chinalco e o IFC, braço de investimento do Banco Mundial. O governo da Guiné tem direito a exercer uma participação.

**7-31/03/2014**

## **EL TENIENTE BATE RECORDES DE PRODUÇÃO DE MOLIBDÊNIO**

A Mina El Teniente no Chile está celebrando um significativo aumento na produção de molibdênio. Em 2013 a produção foi 11,2% maior do que em 2012 ficando em 6.817 toneladas. Esta produção superou as expectativas da empresa em quase 10%. Já em 2014 o aumento na produção é ainda maior, atingindo 20% nos dois primeiros meses do ano.

El Teniente, de propriedade da Codelco, é considerada uma das minas de cobre e molibdênio mais eficientes do Chile. Trata-se de um jazimento descoberto antes da chegada dos espanhóis ao continente e é a maior mina subterrânea de cobre do mundo com mais de 3.000 quilômetros de tuneis. A mina foi lavrada por décadas pela americana Kennecott e somente em 1971 foi totalmente nacionalizada.

Fonte: Geólogo

**8-31/03/2014**

## **ALE INAUGURA NOVO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL DOS PORTOS SUL**

A Vale inaugurou o novo Centro de Controle Operacional (CCO) dos Portos Sul, que passa a operar no centro administrativo da Vale. No local é feito o controle e o acompanhamento das operações do Terminal de Ilha Guaíba (TIG) e da Companhia

Portuária Baía de Sepetiba (CPBS), os dois terminais portuários da Vale no Rio de Janeiro.

Dotado de sistemas de monitoramento, que reúnem tecnologia de ponta e trazem a representação gráfica dos dois terminais para a tela, o CCO permite otimizar a programação e o controle operacional dos Portos da Vale no Rio de Janeiro.

Além de otimizar as operações da Vale na região, o novo CCO também passa a fazer parte do roteiro do Programa Portas Abertas, iniciativa que visa apresentar a empresa e sua atuação na região da Costa Verde do Rio de Janeiro à comunidade local.

### **A Vale na Costa Verde do RJ**

A Vale mantém no sul do Rio de Janeiro o complexo portuário Sul, formado pelo Terminal da Ilha Guaíba (TIG), em Mangaratiba e pelo terminal de minério da Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS), em Itaguaí. Com uma área total de 1,4 milhão m<sup>2</sup>, o Complexo Portuário Sul tem capacidade total de embarque de 70 milhões t por ano de minério de ferro, proveniente das minas do sul de Minas Gerais.

Fonte: Minérios & Minerales

**9-31/03/2014**

### **YAMANA DIVULGA NI 43-101 DA MINA JACOBINA**

A canadense Yamana Gold divulgou no último dia 28 o relatório técnico de estimativa de recursos, conhecido como NI 43-101, da mina de ouro Jacobina, na Bahia. O documento apontou 33,9 milhões de toneladas de recursos medidos e indicados, com teor médio de 2,39 g/t Au e 15,8 milhões de toneladas de recursos inferidos, com teor médio de 3,1 g/t Au.

A mineradora contratou a Roscoe Postle Associates (RPA) para realizar uma auditoria das reservas e recursos minerais e preparar o relatório técnico independente sobre a mina. O objetivo é fornecer informações detalhadas sobre os recursos e reservas minerais da propriedade. Segundo a Yamana, a RPA fez a vistoria no local de 3 a 5 de dezembro do ano passado.

De acordo com o relatório, há um bom potencial geológico para mineralização de ouro adicional na área da mina, que produziu cerca de 1,58 milhão de toneladas de minério e um total de 73.695 onças de ouro em 2013. O documento aponta, ainda, que a planta de processamento tem uma capacidade nominal de 195 mil toneladas de minério por mês.

De acordo com a Yamana, as reservas minerais foram estimadas usando teores de corte apropriados para os diferentes métodos de mineração e fatores de extração distintos foram aplicados para a conversão de recursos minerais em reservas minerais. O total de

reservas prováveis foi de cerca de 24 milhões de toneladas, com teor médio de 2,8 g/t Au, contendo 2,2 milhões de onças de ouro.

A RPA já havia realizado, em 2009, um relatório técnico independente sobre a mina Jacobina e, segundo a empresa, para continuar a exploração do local e estender os recursos já conhecidos, será necessário um investimento de US\$ 300 mil para a revisão de dados e interpretação geológica.

Em fevereiro, a Yamana divulgou que a mina Jacobina produziu 73,6 mil onças de ouro no ano passado, valor abaixo das 116,8 mil onças de ouro produzidas em 2012. Na ocasião, a empresa afirmou que o objetivo de curto prazo, de melhorar os custos e o desenvolvimento subterrâneo, foi cumprido e o objetivo de longo prazo, que prevê o desenvolvimento das áreas de maior teor de minério, estava em andamento.

A Yamana é uma mineradora canadense com operações e projetos em desenvolvimento voltados para a exploração de ouro e prata, com minas localizadas no Brasil, Argentina, Chile e México. No Brasil, a empresa é responsável pelos projetos Jacobina, Fazenda Brasileiro e Santa Luz, na Bahia, Chapada e Pilar, em Goiás, e Ernesto/Pau-a-Pique, no Mato Grosso.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**10-31/03/2014**

## **INOVAÇÃO E PESQUISA EM MINERAÇÃO E TEMA DE WORKSHOP DA FINEP**

Na próxima quarta-feira (2/4), a Finep/MCTI promove o Workshop sobre Inovação em Mineração. O evento contará com a participação de empresas, associações, instituições de pesquisa e órgãos de governo ligados ao setor minerador. Os debates acontecerão na sede da financiadora, no Rio de Janeiro, a partir das 8h.

Para participar, os interessados devem se inscrever pelos telefones (21) 2555-0351/0393 ou e-mail [fomento@finep.gov.br](mailto:fomento@finep.gov.br). O limite de participantes é de 80 pessoas. O objetivo do workshop é promover o debate sobre assuntos pertinentes à fronteira da inovação tecnológica para o setor de mineração, tais como: os desafios e oportunidades de inovação; biotecnologia; pesquisa e desenvolvimento; sondagens geológicas; terras raras, entre outros.

Fonte: Ascom do MCTI

**11-01/04/2014**

## **Código Mineral pode ficar para 2015**

Por **Roberto Rockmann** | Para o Valor, de São Paulo

Uma das principais interrogações do setor de alumínio e da indústria mineral brasileira em relação ao futuro está na discussão do novo Código de Mineração. Essa antiga promessa do governo federal vem sendo discutido há quatro anos, mas ainda não tem data para ser votado.

A disputa do PMDB com o governo e a possibilidade de abertura da CPI da Petrobras têm deixado dúvidas de que o projeto de lei que instituirá novas normas sobre a exploração de jazidas minerais seja votado ainda neste. Para um advogado de uma grande empresa do setor, a janela de oportunidade para a votação do projeto seria até maio. "Em junho, tem a Copa do Mundo, no segundo semestre, o clima eleitoral deve pesar e dificultar a tramitação", afirma esta fonte. "Desconfio de que ele possa não ser votado este ano", afirma o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria do Alumínio (Abal), Adjarma Azevedo.

O novo Código de Mineração - projeto de lei 5807/13 - irá substituir o atual marco regulatório do setor mineral, regido sob o Decreto-Lei 227 de 1967 em vigor desde aquele ano.

Em junho do ano passado, o Executivo enviou uma proposta à comissão especial da Câmara. Desde então, o projeto, que recebeu mais de 300 emendas de parlamentares, está sendo discutido. Era prevista a leitura da proposta no início do ano, primeiro passo para a votação, mas isso não ocorreu ainda. Também não há definição se o texto primeiro será aprovado na Comissão Especial que discute o tema ou vai direto para o Congresso, onde seria discutido pelos deputados e senadores.

A nova regulação trará uma novidade em relação à atual lei: o governo irá exigir licitação para todas as outorgas de jazidas minerais a serem exploradas. Hoje quem assume o risco de identificar e explorar se as reservas são comercialmente viáveis obtém a jazida mediante autorização do próprio governo.

A intenção agora é que as concessões sejam feitas por meio de chamada pública ou licitação, tenham prazo de 40 anos renováveis por 20 anos, sucessivamente. Prevê-se a exigência de conteúdo local. Também se quer definir antecipadamente o prazo da fase de pesquisa geológica.

A mudança na regra traz preocupação à indústria. Cerca de 120 requerimentos para a exploração de novas jazidas já tinham obtido licenças ambientais e estavam à espera apenas de um sinal verde do Ministério de Minas e Energia. Com a indicação do governo de que essas áreas poderiam precisar agora passar por licitação, o temor é de que possa ser criada uma judicialização, com empresários defendendo seus direitos

adquiridos sobre os ativos que dependiam apenas de autorização formal do governo para iniciar a exploração.

A indústria defende que apenas um em cada mil trabalhos de pesquisa geológica resulta em uma jazida mineral comercialmente viável. Por isso, trata-se de um investimento de risco de quem fez as pesquisas e não haveria sentido em licitar essas áreas. O novo código também poderá implicar aumento de custos para toda a indústria de mineração no Brasil.

A proposta é de aumento da alíquota média da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o royalty da mineração. Aí também reside um outro ponto de atrito entre governo e parlamentares. A ideia do governo era mudar as alíquotas por decreto presidencial, que seria a maneira mais rápida para resolver o assunto, mas deputados querem que a alteração seja feita por lei, o que exigiria um debate prévio sobre as alíquotas e o assunto.

Uma das intenções originais do governo era de dobrar a maioria das alíquotas incidentes sobre os minerais. Estimativas iniciais apontavam que a cobrança da CFEM poderia dobrar e somar mais de R\$ 4 bilhões.

Uma ideia em discussão é de que as alíquotas incidam sobre o faturamento bruto, ou seja, sobre apenas as receitas provenientes das vendas. Outro ponto inovador que o governo pretende colocar em prática é a criação de uma Agência Nacional da Mineração, que será responsável pela regulação, gestão das informações e fiscalização do setor mineral. Uma das preocupações de empresários e de alguns parlamentares é de que o órgão regulador tenha um orçamento fixo anual que possa assegurar sua autonomia, mesmo em momentos em que a política fiscal do Tesouro se torna restritiva.

Nos moldes do que existe no setor elétrico, com o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o Planalto defende a constituição de um Conselho Nacional de Política Mineral, cuja função será discutir e elaborar medidas de médio e longo prazo para o segmento, além de definir quais as áreas geológicas que poderão ser oferecidas ao mercado nas rodadas de licitação.

**12-01/04/2014**

## **Produtores apostam em exportação**

Por **Carlos Eduardo Cherem | Para o Valor, de Belo Horizonte**

A valorização e o crescente aumento de demanda mundial de bauxita e de alumina ampliaram a aposta da indústria de base para expandir a exploração das reservas e do refino do produto, sobretudo para exportação. O insumo está valorizado no mercado internacional. Há falta de alumina de qualidade no mundo e a manutenção da escala de vendas no ano passado, próxima ao volume registrado em 2012, é considerada um

pequeno desvio na curva ascendente dos negócios da indústria de base. O alumínio primário tornou-se um bom negócio nos últimos anos.

Na base da cadeia do alumínio, a indústria continua alocando recursos, mirando mais eficiência e buscando competitividade, tanto na refinaria de alumina, como na produção de metal primário. "Tanto a produção nacional de bauxita como a de alumina no Brasil dobraram de volume nos últimos dez anos. Por sua vez, as exportações de bauxita cresceram uma vez e meia, enquanto as vendas externas de alumina quadruplicaram no mesmo período", diz o coordenador do Grupo de Trabalho Bauxita e Alumina da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Otávio Carvalheira.

Em 2013, a interrupção de parte da produção de alumínio primário, em cerca de 8%, ocorreu com as mudanças recentes no ambiente de negócios do segmento de alumínio. Até 2003, a China era responsável por cerca de 10% da produção mundial de alumínio primário, atualmente essa participação chega a 40%. Com isso, a oferta mundial do produto aumentou em 70%. Apesar disso, a demanda global por alumínio também cresceu de maneira constante, a taxas entre 5% e 7% ao ano, mantendo assim o equilíbrio.

"O fato de o Brasil deter a terceira maior reserva de bauxita e sermos o terceiro maior produtor mundial de alumina comprova a nossa vantagem competitiva no cenário global da indústria do alumínio. Estes dados demonstram claramente a importância que essas atividades econômicas assumiram na cadeia produtiva e na balança comercial da indústria brasileira do alumínio", afirma Carvalheira.

Embora a Hydro Alunorte tenha enfrentado dificuldades que impactaram a performance da refinaria em 2013, a exemplo de outras empresas da indústria de base do alumínio, no fim do ano o nível de produção melhorou. Após assumir a cadeia de alumínio no Pará em 2011, a Hydro teve um forte foco em programas de melhoria nas operações da área de negócio de bauxita e alumina, que inclui a Hydro Paragominas, mina de bauxita localizada no Nordeste do Estado, e a refinaria de alumina Hydro Alunorte, situada em Barcarena, município próximo à capital Belém.

"A ambição que temos para 2014 é estabilizar em torno de 6 milhões de toneladas por ano, para podermos continuar a aumentar a produção rumo à capacidade nominal, um objetivo para o longo prazo", afirma o vice-presidente executivo responsável pela área de bauxita e alumina da Hydro, Johnny Undeli.

A companhia opera o primeiro e até hoje único mineroduto de bauxita do mundo, que leva o minério de Paragominas (PA) até a refinaria Hydro Alunorte, local onde a empresa concluiu em 2013 a instalação de uma nova estação de bombeamento. Localizada no município de Tomé-Açu (PA), metade do trajeto de 244 quilômetros que separa as duas unidades, a nova estação garante maior robustez ao sistema logístico da empresa.

Responsável por 15% da produção brasileira de bauxita e de 20% de alumina, a qualidade e a garantia no fornecimento e na assistência técnica sustentam os negócios da Alcoa na avaliação do diretor de Operações do grupo global de produtos primários da Alcoa América Latina e Caribe, Hélder Teixeira. "No mercado de comercialização da alumina, a Alcoa tem uma posição de liderança, que foi consolidada ao longo dos anos devido à garantia de fornecimento, qualidade, assistência técnica e desempenho do nosso produto", diz Teixeira.

De acordo com o executivo, a Alcoa produz 4,45 milhões de toneladas por ano de bauxita em Juruti (PA), 900 mil toneladas em Poços de Caldas (MG) e 3,1 milhões da MRN. A produção total da empresa no ano passado foi de 17,1 milhões de toneladas, o representou 18,2% de participação na produção brasileira. A capacidade atual de produção da alumina da Alcoa é de 2,1 milhões de toneladas.

Teixeira explica que a Alcoa atua no Brasil em toda a cadeia produtiva do alumínio, desde a mineração da bauxita até a produção de transformados. "Todo o volume de bauxita beneficiado nas unidades de Poços de Caldas (MG), Juruti (PA) e da participação acionária de 18,2% na Mineração Rio do Norte (PA) é processado nas unidades industriais da empresa em São Luís (MA) e Poços de Caldas", afirma o diretor de Operações.

**13-01/04/2014**

### **Queda no ritmo**

**Por** Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

A indústria do alumínio no Brasil está diante de uma encruzilhada. Enquanto nos elos iniciais da cadeia, os fabricantes paralisam operações de alumínio primário por conta dos altos custos de produção, principalmente de energia elétrica, produtores de transformados vislumbram um cenário positivo diante da demanda crescente pelo metal, que poderá aumentar mais de 5% ao ano e superar, em uma década, a marca de três milhões de toneladas, dobro do patamar apurado ano passado. Em 2004, o consumo per capita nacional estava em 3,8 quilos do metal, enquanto hoje cada brasileiro consome 7,5 quilos em um ano. Esse crescimento, no entanto, poderá ser abastecido por parcela crescente de importação, diante da ameaça de desarticulação da cadeia produtiva.

Há dez anos, o consumo de alumínio estava em cerca de 750 mil toneladas, metade das atuais 1,5 milhão de toneladas. A expectativa é de que ele continue crescendo e possa superar três milhões de toneladas em dez anos. "A demanda deverá continuar a crescer, mas a cadeia está cada vez mais vulnerável pelos custos de produção cada vez mais altos e isso coloca um ponto de interrogação sobre o futuro, principalmente em relação aos elos iniciais da cadeia", comenta o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria do Alumínio (Abal), Adjarma Azevedo.

A parte mais visível da vulnerabilidade está na base da cadeia, na produção de alumínio primário, segmento em que desde 1985 o país não assiste à construção de uma nova unidade de produção. As empresas que participam desse segmento eletrointensivo estão paralisando suas operações em razão da baixa competitividade, principalmente por conta do alto preço da energia elétrica: no Brasil, a cotação do MWh para o setor está em US\$ 72, enquanto no mundo está em US\$ 40.

Na sexta-feira, a Alcoa anunciou a redução temporária de 147 mil toneladas da sua capacidade de produção de alumínio primário em São Luís, no Maranhão (Alumar) e em Poços de Caldas (Minas Gerais), em razão das condições desafiadoras do mercado global e do aumento de custos de suas operações, que deixaram de ser competitivas. Os ajustes serão realizados até o fim de maio de 2014, segundo informa a empresa.

"Em todo o mundo, estamos tomando medidas para reduzir a capacidade de produção dos smelters que não são competitivos e reposicionar nosso perfil de custos", afirma Bob Wilt, presidente da divisão global de produtos primários da companhia. Em 2013, a empresa reduziu 34 mil toneladas em Poços de Caldas e 97 mil toneladas em São Luís.

Os novos ajustes incluem as 62 mil toneladas restantes da capacidade de produção de alumínio primário de Poços de Caldas, resultando no fechamento temporário das três linhas de produção de metal da unidade. Outras 85 mil toneladas serão reduzidas em São Luís. Somados, os dois anúncios significam uma redução de 76,6% na produção em relação à capacidade total de alumínio primário no Brasil - de 363 mil toneladas.

Em 2004, quando o brasileiro consumia 3,8 quilos de metal por ano, a produção primária de alumínio estava em pouco mais de 1,4 milhão de toneladas, com um consumo de 750 mil toneladas, sendo o país exportador de alumínio primário. Ano passado, sem considerar outras formas de suprimento, como a sucata e metal importado, o país virou deficitário em cerca de 160 mil toneladas, já que o consumo ficou próximo de 1,46 milhão de toneladas, ante uma produção de 1,3 milhão do metal primário.

Com esses novos cortes, a situação torna-se ainda mais fragilizada. "Com o custo da energia elétrica, que aqui está em US\$ 72 o MWh, enquanto no mundo é de US\$ 40 o MWh, fica bastante difícil atrair investimentos para esses elos, além do câmbio e da carga tributária", aponta Azevedo.

Haveria mais de 400 mil toneladas em unidades que estão paralisadas e que poderiam ser religadas em até seis meses, mas isso dependeria de custos mais competitivos. "Isso depende de política industrial", afirma.

O receio no setor é de que, no médio prazo, o crescimento do consumo possa ser abastecido por uma parcela cada vez maior de importações, seja de alumínio primário, seja de produtos transformados. O raciocínio é de que, com os elos iniciais da cadeia perdendo força, o Brasil poderá perder posições na cadeia global do metal. "Quem vai suprir nosso consumo em expansão? Seremos nós mesmos? A abertura de um flanco poderá desarticular nossa indústria? Isso nos atormenta", observa Azevedo.



Apesar dos desafios, a cadeia está de olho em oportunidades de negócios que se abrem nos próximos doze anos e poderão impulsionar o consumo do metal. O avanço do alumínio na construção civil e a Copa do Mundo que será realizada netes ano ajudaram a puxar os negócios da Votorantim Metais. Entre as maiores fabricante do metal, a companhia produz perfis, chapas e telhas.

"Em 2013, registramos um aumento no volume de negócios no mercado interno de 10%. Para este ano, a expectativa é de que as vendas para o segmento de construção continuem crescendo, estimuladas por obras de modernização de infraestrutura e a concretização das concessões de portos, aeroportos, estradas e ferrovias", afirma Victor Breguncci, diretor-comercial do negócio alumínio da Votorantim Metais. De acordo com ele, o carro chefe da empresa são os perfis de alumínio.

Ao estabelecer medidas para aumentar a eficiência energética do veículo em 12% e reduzir a emissão de dióxido de carbono, o novo regime automotivo também abre oportunidades.

Um carro usa cerca de 50 quilos de alumínio no Brasil, enquanto na Europa as montadoras utilizam 140 quilos do metal. Chegar a esses números implicará trabalhar com materiais mais leves. "Já estamos em conversas com várias montadoras mostrando o que temos de tecnologia para a segunda etapa do programa Auto Inovar", diz o presidente da Novelis América do Sul, Tadeu Nardocci, que destaca que várias montadoras europeias já suas clientes no exterior, como BMW e Mercedes-Benz, irão se instalar no Brasil nos próximos anos. Hoje o setor de transportes responde por cerca de 20% do consumo total do metal.

A Novelis concluiu ano passado um investimento de US\$ 340 milhões em sua unidade de Pindamonhangaba, interior paulista, o que fez sua produção de laminados crescer 50% e chegar a 620 mil toneladas - o mesmo tamanho do mercado de laminados no Brasil em 2012. "O mercado de chapas cresceu 8% em 2013 e pode crescer 9% em 2014, estamos com boas perspectivas tanto com o setor de bebidas, nosso carro chefe, quanto o automotivo, de transportes e de cosméticos", destaca o executivo.

A combinação de renda em alta, desemprego em níveis historicamente baixos e eventos esportivos tem feito as fabricantes de latas de alumínio investirem no aumento da produção, de olho no consumo em alta. "A produção tem se descentralizado, com mais investimento principalmente no Nordeste, em que o mercado está muito aquecido", comenta Renault Castro, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas).

No Nordeste, a renda per capita cresce, em média, 7,3% ao ano - dois pontos percentuais acima do índice nacional. A expectativa é de que o segmento possa crescer entre 6% a 9% neste ano, por conta das altas temperaturas deste início de ano e da realização da Copa do Mundo em junho e julho.

O cenário para os próximos anos ainda é promissor e poderá manter a tendência de descentralização da produção. Em cerveja, as latas de alumínio respondem por cerca de 40% do mercado desse tipo de embalagem, enquanto, em bebidas não alcoólicas, esse percentual chega a 7,5%. Números abaixo dos verificados em outras partes do mundo: na Inglaterra e na França, cerca de 20% dos refrigerantes são embalados em latas, enquanto nos países nórdicos, mais de 60% das cervejas são acondicionadas assim. Há disparidades regionais: no Sul, cerca de 50% das cervejas são embaladas com alumínio, enquanto no Nordeste o número cai para pouco mais de 30%.

O Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, que deverá começar a ser implementado em breve, poderá trazer impactos positivos para as embalagens de alumínio, que respondem por cerca de 30% do consumo do metal no Brasil. Com um índice de reciclagem de 97,9%, o mais alto do mundo nesse segmento, o setor tem uma posição de destaque no momento em que as diretrizes da nova legislação, que prevê a responsabilidade compartilhada entre os diferentes elos da cadeia de consumo, começam a alterar estratégias de fabricantes de bens de consumo e varejistas.

Oportunidades surgem também em dois outros segmentos: a construção civil, cuja demanda pelo metal tem crescido 12,8% ao ano desde 2008 e responde por 16% do consumo de alumínio; e o setor elétrico, com 10% de participação nos pedidos das fabricantes.

Nos canteiros de obras, a madeira responde por cerca de 40% das esquadrias, o aço por 35%, e o alumínio por 25%, mas há espaço para crescer. No setor elétrico, o governo prevê que o consumo de eletricidade vai subir 4,3% ao ano entre 2013 e 2022. Isso representará a necessidade não apenas de aumentar o parque gerador, mas de expandir o sistema de transmissão de pouco mais de 100 mil quilômetros para cerca de 155 mil quilômetros até o ano de 2022.

O setor tem impulsionado os pedidos da Alubar, que fabrica fios e cabos de alumínio. Nos últimos quatro anos, a empresa investiu US\$ 25 milhões na ampliação de sua capacidade, que pulou de 30 mil toneladas anuais para 50 mil toneladas anuais. Cerca de 90% do seu faturamento estão ligados ao setor elétrico.

A exploração gradual do pré-sal, onde a profundidade dos poços pode chegar entre 5000 a 7000 metros em relação à superfície do mar, também poderá render oportunidades para o segmento. O uso do alumínio possibilita rigidez e velocidade maiores. No transporte de pessoas e material, a velocidade é fundamental, principalmente porque as plataformas do pré-sal ficam muito distantes do litoral - até 300 km da costa.

"Nas plataformas, o consumo de alumínio pode ser alto, assim como nos tubos, que devem conter uma mescla de materiais para serem mais resistentes", destaca Azevedo, da Abal. Ano passado, a Alcoa forneceu cerca de 15 toneladas de alumínio extrudado para a produção de um dos navios do Plano de Renovação da Frota de Embarcações de Apoio Marítimo (Prorefam) da Petrobras para atender às demandas do pré-sal.

**14-01/04/2014**

## **TESTES MOSTRAM ITABIRITO COM ALTO TEOR EM PROJETO DA CENTAURUS**

A Centaurus Metals divulgou na última segunda-feira (31) que resultados dos testes iniciais no projeto de minério de ferro Candonga, em Minas Gerais, indicam de 30% a 40% da mineralização de alto teor de itabirito como minério de ferro granulado (lump) pronto pra entrega (DSO), com teor médio de 66% de ferro e baixas impurezas. Candonga está próximo ao projeto Jambreiro, o principal ativo da empresa no Brasil.

De acordo com a empresa, a mineralização de itabirito de alto teor oferece sinter feed pronto pra entrega com no mínimo 65% de ferro sendo que entre 55% e 60% tem granulometria de superior a 1mm, podendo alcançar 100% de recuperação a partir da mineralização de alto teor de itabirito.

A Centaurus afirmou que a mineralização em Candonga tem potencial para ser uma fonte de minério de ferro de alta qualidade pronto para entrega (DSO), que poderá ser vendido como lump ou misturado com o concentrado de Jambreiro. A análise granulométrica das amostras indicaram material de 30% a 40% lump.

Os novos resultados reforçaram o potencial de Candonga para se tornar um valioso depósito satélite de DSO, que complementaria o projeto Jambreiro visando a melhora na produção da mineradora no sudeste do Brasil. O projeto está estrategicamente localizado a 33 quilômetros a sudoeste de Jambreiro.

Segundo a mineradora, um programa de 500 metros de sondagem adamantada está previsto para começar nos próximos meses. Com os resultados positivos, a qualidade comprovada do depósito e a oportunidade de produção a curto prazo, Candonga tem potencial para fornecer produtos de qualidade superior para as siderúrgicas locais.

Além dos resultados relatados, a mineradora está avançando, também, no processo de aprovações das licenças necessárias para o projeto. O relatório final de exploração de Candonga foi apresentado com sucesso ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em novembro de 2013.

Segundo a mineradora, o pedido de Guia de Utilização, que permitirá a produção anual de 300 mil toneladas de ROM, está sendo preparado e deve ser apresentado ao DNPM no início do próximo mês.

"Ter esses recursos tão próximos do projeto Jambreiro e de siderúrgicas locais é uma grande vantagem para a empresa e torna esta uma oportunidade de desenvolvimento de curto prazo potencialmente valiosa, podendo complementar e aumentar o projeto Jambreiro. Estamos agora bem posicionados para iniciar um pequeno programa de sondagem adamantada", disse Darren Gordon, diretor administrativo da Centaurus.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**15-01/04/2014**

## **BOLSA DE SANTIAGO LANÇARÁ PLATAFORMA PARA EMPRESAS DO RAMO DE MINERAÇÃO**

Capital AbertoA chilena Santiago Stock Exchange anunciou uma parceria com a TSVX, subsidiária da canadense TMX, para criar uma bolsa dirigida a empresas de mineração em estágio inicial. A plataforma, prevista para entrar em operação no começo de 2015, será chamada de Santiago Stock Exchange, Venture. Inicialmente, seu foco será a captação de recursos para pequenas e médias mineradoras. É possível, no entanto, que em estágio posterior ela expanda as atividades para outros segmentos da economia.

Tanto no Canadá como no Chile, a mineração tem grande participação econômica. A parceria atende ao desejo da TSVX de se expandir para outros países e dá à Bolsa de Santiago impulso para ganhar relevância regional.

Fonte: Capital Aberto

**16-02/04/2014**

## **PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO SOBE 0,7% PARA US\$ 117,60**

02/04/2014

O preço do minério de ferro no mercado à vista teve alta de US\$ 0,80, ou 0,7%, e chegou a US\$ 117,60 a tonelada, de acordo com o índice de preços elaborado pela The Steel Index. O minério de ferro é medido em toneladas base seca ou toneladas métricas sem umidade. O preço considera recebimento no porto de Tianjin na China, onde a umidade do minério de ferro, com 62% Fe, varia de 8% a 10% do peso total.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**17-02/04/2014**

## **JILL MOORE SUBSTITUIRÁ HARTLEY LUNDELL NA GAINNEY RESOURCES**

02/04/2014

A Gainey Resources nomeou Jill Moore para substituir Hartley Lundell como diretora da empresa. Moore trabalha com mineração e exploração mineral desde 1991, tendo participado de projetos no Brasil, no Canadá, na Venezuela, na Guiana Francesa, em Honduras, em Cuba, em Nicarágua, na África Ocidental, entre outros países.

Durante mais de 23 anos de experiência na área de mineração, a executiva trabalhou na Golden Stars, foi gerente de Exploração na Yukon Zinc e, atualmente, é consultora na Stantec Consulting.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**18-02/04/2014**

## **METSO PROMOVE TREINAMENTO EM EQUIPAMENTOS DE MINERAÇÃO**

02/04/2014

A Metso promoverá entre os dias 07 e 11 de abril, em Sorocaba (SP), um treinamento de tecnologias aberto aos clientes da companhia. O curso capacita técnicos, supervisores e operadores para o manuseio e manutenção em instalações de britagem e processos. Durante o treinamento, os alunos visitarão fábricas de fundição, equipamentos e laboratórios de PTI. As inscrições podem ser feitas até o dia 04 de abril pelo e-mail [marketing.br@metso.com](mailto:marketing.br@metso.com). A taxa é de R\$ 1.700,00 para os que se inscreverem até o dia 03.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**19-02/04/2014**

## **CERRADO VERDE TERÁ APORTE DE US\$ 113,6 MILHÕES**

02/04/2014

*Projeto em São Gotardo, no Alto Paranaíba, prevê a produção de mil toneladas de termopotássio por dia*

O projeto Cerrado Verde, da Verde Potash, que prevê a produção de termopotássio em São Gotardo, na região do Alto Paranaíba, deverá receber investimentos de US\$ 113,6 milhões. Ontem, a companhia de fertilizantes anunciou os resultados do estudo de pré-viabilidade do empreendimento.

A previsão é que o montante seja aplicado na primeira fase do projeto, que compreende a produção de mil toneladas de termopotássio/dia. Conforme o documento, no valor estão incluídos US\$ 14,7 milhões para contingenciamento.

Em nota publicada ontem, o chief executive officer (CEO) da companhia, Cristiano Veloso, considerou o Capex de US\$ 113,6 milhões uma proposta realista para o mercado atual. Ele ressaltou que a Verde Potash pretende continuar a trabalhar em parceria com o governo brasileiro, através do Inova Agro, programa especial de

financiamento, com o objetivo reduzir a dependência "debilitante" do Brasil do potássio produzido na Rússia e no Canadá.

Em fevereiro, o projeto Cerrado Verde foi aprovado no Inova Agro, que deverá financiar o empreendimento. O programa visa apoiar projeto inovadores de empresas que atuam no setor agroindustrial. O programa é coordenado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com o estudo divulgado pela Verde Potash, o custo de produção do termopotássio no Alto Paranaíba, incluindo mão de obra e despesas variáveis, está estimado em US\$ 47,12 por tonelada. Acrescentando despesas administrativas e de marketing, entre outras, este valor poderá atingir US\$ 55,29 por tonelada produzida.

Com uma taxa interna de retorno estimada em 23,5%, os investimentos na implantação do projeto em São Gotardo deverão ser recuperados em cinco anos. Além da produção inicial de aproximadamente 330 mil toneladas anuais de termopotássio, o levantamento também levou em consideração que a jazida terá uma vida útil de 30 anos e o preço fob de US\$ 187,74 por tonelada.

O estudo de pré-viabilidade avaliou ainda os aspectos técnicos e financeiros de uma planta destinada à produção de mil toneladas diária de termopotássio. Porém, o mesmo equipamento poderá ser utilizado para processar cloreto de potássio. O cronograma para a produção do insumo ainda não foi definido pela companhia.

Fonte: Diário do Comércio

**20-02/04/2014**

## **Brasil eleva embarques de minério, mas receita cai por preço menor**



SÃO PAULO, 1 Abr (Reuters) - O volume exportado de minério de ferro pelo Brasil em março subiu para 24,47 milhões de toneladas, contra 22,57 milhões de toneladas em março do ano passado, informou a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nesta terça-feira.

Apesar do aumento de quase 2 milhões de toneladas no volume embarcado, a receita com o principal produto exportado pelo Brasil caiu 4,3 por cento, para 2,39 bilhões de dólares, por conta de preços menores da commodity.

O valor médio da tonelada exportada em março pelo país foi de 97,8 dólares, segundo a Secex, contra 110,8 dólares no mesmo mês de 2013, quando os preços na China estavam mais altos.

Em março, o preço do produto na China, maior importador da commodity no mundo, chegou a cair em um único dia 8 por cento, atingindo uma mínima de 17 meses, pressionado por uma surpreendente baixa nas exportações chinesas.

Em fevereiro, as exportações de minério somaram 22,6 milhões de toneladas, resultando em uma receita de 2,19 bilhões de dólares.

(Por Roberto Samora)

**21-02/04/2014**

### **BHP Billiton avalia nova onda de venda de ativos**

Por **Rhiannon Hoyle** | **The Wall Street Journal**, de Sydney

A BHP Billiton sinalizou que pode promover uma nova onda de venda de ativos à medida que foca mais em commodities como minério de ferro e petróleo, que já representam a maior parte de seus lucros. A maior empresa de mineração do mundo afirmou que simplificar a carteira é uma prioridade da administração, após queda nos preços das commodities.

As observações foram feitas depois da notícia de que os executivos da BHP estariam considerando se desfazer de alguns ativos que poderiam ser avaliados em 20 bilhões de dólares australianos (US\$ 19 bilhões). A BHP Billiton recusou comentar a notícia.

A companhia já vendeu nos últimos anos operações que somam bilhões de dólares enquanto a administração tentava reduzir o endividamento e ampliar o retorno aos acionistas. Os desinvestimentos incluíram a venda da mina de urânio Yeelirrie na Austrália Ocidental à Cameco, por US\$ 430 milhões, e a venda da sua unidade de diamantes à Dominion Diamante, por US\$ 553 milhões.

Grandes empresas de mineração, como a BHP e a Rio Tinto, têm vendido ativos para manter suas promessas de gerar melhores retornos a seus acionistas.

Fechar bons acordos de venda, porém, tem sido difícil numa época em que o preço de commodities como níquel está em baixa e vendedores e compradores de ativos de mineração têm tido dificuldade para chegar a um acordo sobre o valor das transações. No ano passado, a BHP retirou do mercado a mina de carvão Gregory Crinum, no leste da Austrália, depois de não conseguir obter uma proposta que lhe satisfizesse. Da mesma forma, a Rio Tinto abandonou seus planos de venda de sua unidade de diamantes por causa da escassez de potenciais compradores.

A BHP teria recrutado o Goldman Sachs para assessorá-la a respeito de alternativas que incluem uma possível cisão de ativos não essenciais como alumínio, níquel e bauxita, informou ontem no seu site a publicação "Australian Financial Review", citando fontes

não identificadas. Os ativos da BHP incluem fundições de alumínio na África do Sul, instalações de produção de ferroníquel na Colômbia e operações de bauxita na Austrália.

A notícia fez subir a cotação da ação da mineradora, já que os investidores consideraram que a empresa finalmente seria capaz de se livrar de ativos não essenciais. A ação da BHP listada na Austrália aumentou 1,6%, enquanto o índice mais amplo da S&P/ASX caiu 0,1%. Em Londres, as ações da BHP subiram 2,7% no início do pregão.

Mesmo assim, os gestores de fundos estão cautelosos. O gestor de portfólio da Pengana Capital, Tim Schroeders, diz que o problema está nos detalhes. "Não é segredo que eles estão tentando reestruturar o negócio. O ponto de discórdia tem sido mesmo conseguir um preço adequado para aqueles ativos", diz Schroeders, que detém ações da BHP.

O "Australian Financial Review" informou que o diretor financeiro da BHP, Graham Kerr, e o chefe de fusões e aquisições, Graeme Devlin, estariam analisando possíveis opções de ativos não essenciais, numa equipe batizada como "Project River" (em tradução livre, Projeto Rio). A publicação afirmou que os resultados do projeto podem ser apresentados aos membros do conselho numa reunião neste mês ou no próximo.

A BHP afirmou que a simplificação de sua carteira de ativos é algo que está na agenda há vários anos e continua sendo uma meta importante. Não está claro, porém, quem seriam os compradores, dada a baixa recente dos preços das commodities e das ações das empresas do setor de mineração.

Tem surgido, no entanto, mais negociações envolvendo firmas semelhantes às de private equity interessadas no setor de mineração depois do colapso do valor de algumas empresas e ativos nos últimos anos. O X2 Resources, com sede em Londres, um fundo de investimento fundado pelo ex-diretor-presidente da Xstrata Mick Davis e três colegas, divulgou na segunda-feira que havia levantado US\$ 3,75 bilhões e que procura comprar operações de mineração ou projetos em estágio avançado.

A Glencore Xstrata PLC anunciou, porém, que pode estar interessada em ativos da BHP de níquel na Austrália, dada a possível sinergia com sua própria mina na mesma região da Austrália Ocidental. **(Colaboraram Ross Kelly e David Rogers.)**

**22-02/04/2014**

Apesar de desempenho médio, apostas se renovam

Por **Beatriz Cutait | De São Paulo**

A disparada da bolsa brasileira em março não foi acompanhada de forma unânime pelas ações indicadas para a Carteira **Valor** de abril. Apenas Petrobras PN (16,11%), Itaú Unibanco PN (8,60%) e BB Seguridade ON (7,77%) conseguiram superar o desempenho do Ibovespa, principal índice do mercado. As outras sete ações que compõem o portfólio fecharam com variações abaixo do referencial, sendo que duas



delas - Vale PNA (-2,54%) e Suzano PNA (-5,63%) - fecharam no vermelho. Mas a percepção de que a recuperação do mercado não vai ser sustentada em igual medida nos próximos meses levou as corretoras a seguirem firmes em suas apostas.

Se de um lado papéis de empresas estatais se destacaram em março com o peso da questão eleitoral, algumas ações não refletiram seus fundamentos no período, o que dá espaço para recuperação futura, na visão de analistas. Esse é o caso de Vale. Pedro Galdi, estrategista de investimentos da SLW, chama atenção para os sinais de melhora da economia chinesa, o que pode ajudar as commodities de forma geral, o que inclui o minério de ferro. Segundo o BB Investimentos, o maior obstáculo para a bolsa em abril vindo do fronte externo está na própria China, com a divulgação dos dados de crescimento do primeiro trimestre no dia 15 deste mês.

A Citi Corretora incluiu as ações da mineradora na lista de indicações do mês atenta a uma ligeira recuperação do preço do minério de ferro ao fim de março e com a expectativa de que a produção siderúrgica chinesa volte a se acelerar até maio. O valor justo dos papéis também está no radar, já que a instituição assinala que a empresa é negociada a múltiplos atrativos, assim como destaca que a desvalorização cambial é positiva para seu desempenho operacional.

Mario Mariante, chefe de análise da Planner Corretora, também considera que o câmbio deve ajudar a empresa no balanço do primeiro trimestre. A temporada de divulgação de resultados do período começa neste mês.

Ainda entre os papéis vinculados às commodities, a Suzano apresentou uma queda "muito anormal" em março, não condizente com seus fundamentos, na visão de Galdi, da SLW. A Ativa Corretora seguiu confiante na tese de investimento da companhia, em meio às perspectivas positivas para o setor, com uma relação ajustada entre oferta e demanda no mercado de celulose e a diversificação proveniente da exposição ao segmento de papel no mercado doméstico.

No setor financeiro, a BB Seguridade lidera as preferências, com o papel presente na Carteira **Valor** desde julho do ano passado. Para o estrategista da Santander Corretora, Leonardo Milane, essa é uma aposta mais conservadora, de uma empresa com atuação em um mercado em que o serviço oferecido tem baixo alcance na população. "A empresa está em um momento operacional positivo que deve continuar por mais tempo mesmo com a economia embicando para baixo", diz. "É um papel caro, mas o fundamento ainda compensa."

Com alta em março e no ano, os papéis do Itaú Unibanco também garantiram um lugar no portfólio deste mês. O estrategista da SLW destaca que as ações passaram a ter o maior peso do Ibovespa na primeira prévia da nova carteira, que entra em vigor a partir de maio. "A ideia é aproveitar o remanejamento das carteiras", diz.

Também na cena local, empresas que atuam no setor de consumo prevaleceram na carteira, com quatro nomes. Ambev foi incluída nas recomendações da SLW, diante da

visão favorável sobre o balanço do primeiro trimestre. O clima mais quente no início do ano e o Carnaval ajudaram a empresa, aponta Galdi, ainda otimista em relação à Copa do Mundo.

Ao lado de Ambev, Pão de Açúcar foi indicado por quatro corretoras. A Ativa incluiu os papéis em seu portfólio em função dos "sólidos" fundamentos da empresa e de seu perfil parcialmente defensivo, já que grande fatia da sua receita parte do segmento alimentício.

A Citi Corretora ainda menciona, em relatório, que a varejista tem mostrado habilidade em reduzir despesas operacionais, entregando lucratividade apesar da estratégia de preços mais competitivos. As duas casas também esperam bons frutos da continuidade dos ganhos de sinergia com a Via Varejo.

Outra gigante que manteve seu lugar no portfólio deste mês foi a BRF. Segundo o economista-chefe da Souza Barros, Clodoir Vieira, a empresa está numa fase livre de pendências, após um processo de reestruturação, e agora está preparada para crescer. "A expectativa é que a receita cresça muito mais que no ano passado", comenta.

Por fim, as ações da Ultrapar foram selecionadas neste mês pela equipe de análise da Votorantim Corretora, que considera a empresa um nome defensivo. A visão é favorável para este ano, tendo em vista a expectativa de maiores esforços para atuar no mercado de distribuição de combustível e uma possível elevação adicional nas margens, afirma a casa.

**23-02/04/2014**

## **Bancos reduzem preço-alvo de Vale**

Por **Francisco Góes | Do Rio**

A perspectiva de um menor crescimento para a economia chinesa e de uma maior volatilidade de preços do minério de ferro na China estão levando alguns bancos e corretoras a reduzir o preço-alvo para a Vale, embora mantenham a recomendação de compra do papel. Existe hoje no mercado uma percepção de alinhamento quase automático entre a China e a Vale. "Há investidores que, em função de qualquer notícia ruim da China, vendem ações da Vale", disse uma fonte ouvida pelo **Valor**.

A diretoria da Vale, embora respeite as análises feitas pelas instituições financeiras, tende a discordar da visão mais cética em relação à China. O presidente da Vale, Murilo Ferreira, tem demonstrado seguidamente confiança em relação à capacidade da China de superar as dificuldades. Ferreira encontra-se na Austrália para a primeira reunião, hoje, do conselho de administração da Vale naquele país, onde a mineradora produz carvão, e depois segue para visitas a quatro países asiáticos, incluindo a China.

O encontro na Austrália dá continuidade à política do presidente do conselho da Vale, Dan Conrado, de fazer duas reuniões por ano fora do Brasil. O conselho da Vale se

reúne uma vez por mês. Antes da Austrália, o conselho da Vale havia se reunido em Moçambique e no Canadá, em 2013. Em 2014, haverá outra reunião no exterior em local ainda a ser definido. O **Valor** apurou que, depois da Austrália, Ferreira seguirá para Nova Caledônia, Indonésia, Cingapura, Japão, China e Inglaterra em um roteiro de duas semanas. A agenda de trabalho inclui visitas a projetos, reuniões com clientes e participação em uma conferência empresarial. Na China, o presidente da Vale vai participar de uma reunião de presidentes de empresas com o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang.

Em recente entrevista ao **Valor**, Ferreira afirmou que o governo do presidente Xi Jinping vem tomando medidas "corajosas". Na visão de Ferreira, a China sempre tem respondido quando desafiada. Ele baseia sua visão na experiência de mais de 30 anos de viagens à Ásia, região do planeta que concentra dois terços da população mundial. Os bancos, porém, têm mostrado cautela. Em recente relatório, o banco Goldman Sachs reafirmou sua visão conservadora para o mercado de minério de ferro. A instituição reduziu em 9% o preço-alvo de 12 meses do ADR (American Depositary Receipts) da Vale, de US\$ 19,4 para US\$ 17,7, mantendo a recomendação de compra. Ontem o ADR da Vale fechou cotado a US\$ 13,79. A revisão considera a desaceleração da economia chinesa e maior volatilidade dos preços de minério de ferro na China.

A Planner Corretora, por sua vez, reduziu em 14% o preço justo da ação preferencial da Vale, de R\$ 42 para R\$ 36, mantendo a recomendação de compra. Ontem a ação preferencial da Vale fechou a R\$ 28,26, com queda de 0,31%. No ano, a ação acumula perda de R\$ 13,66%. "As ações da empresa [da Vale] estão sendo negociadas com múltiplos menores que a média de dez das maiores mineradoras do mundo que têm o minério de ferro como mineral fundamental no seu faturamento", diz trecho do relatório da Planner. A corretora afirmou que os preços do minério começaram o ano em queda pressionados por ofertas adicionais do produto (da Austrália), elevado nível de estoques nos portos chineses e por um ritmo mais fraco de produção de aço.

**24-02/04/2014**

## **EMPRESAS DO ANO**

### **Cerimônia de premiação das Melhores do setor será em 10 de abril**

Yamana Gold (Mineração de Grande Porte), Mineração Caraíba (Mineração de Médio Porte), Pedreiras Valéria (Mineração de Pequeno Porte), CBMM (Metalurgia) e Gerdau (Siderurgia), vencedoras do prêmio "Empresas do Ano do Setor Mineral", receberão seus troféus na próxima quinta-feira, dia 10 de abril de 2014. Promovida pela Revista Brasil Mineral, a premiação ocorrerá na APESP, Rua Tuim, 932, Moema, São Paulo, a partir das 18h30. A eleição das Empresas do Ano do Setor Mineral é feita através de votação direta entre os leitores da Brasil Mineral, a partir de uma lista elaborada pelo conselho da revista, que leva em conta critérios como Investimentos em novos projetos ou expansões, inovação tecnológica, política ambiental, política de recursos humanos e relações com as comunidades.

**25-02/04/2014**

## **ALUMÍNIO**

### **Alcoa reduz produção em Poços de Caldas e na Alumar**

A Alcoa reduziu temporariamente 147 mil t de sua capacidade de produção de alumínio primário em São Luís (Alumar-MA) e em Poços de Caldas (MG). A medida foi tomada por conta das condições do mercado global e aumento de custos de suas operações, que deixaram de ser competitivas. Os ajustes serão realizados até o final de maio de 2014. A companhia reduziu 34 mil t em Poços de Caldas e 97 mil t em São Luís no ano passado. Os novos ajustes incluem as 62 mil t restantes da capacidade de produção de alumínio primário de Poços de Caldas, resultando no fechamento temporário das três linhas de produção de metal da unidade. Outras 85 mil t serão reduzidas em São Luís. "Em todo o mundo, estamos tomando medidas para reduzir a capacidade de produção dos smelters que não são competitivos e reposicionar nosso perfil de custos", afirma Bob Wilt, Presidente da Divisão Global de Produtos Primários da Alcoa. "Estas são ações difíceis, mas necessárias para suportar a estratégia da Alcoa para reduzir a base de custos de nossos negócios de upstream". Como resultado da redução de capacidade do smelter, a refinaria de Poços de Caldas também ajustará sua produção. A mina, a fábrica de pó de alumínio e a fundição continuarão operando normalmente, assim como a refinaria de São Luís. As demais operações da Alcoa no Brasil não serão afetadas. Em maio de 2013, a Alcoa iniciou a revisão de 460 mil t da sua capacidade de produção em todo o mundo. Assim que todos os ajustes temporários ou fechamentos anunciados forem realizados, a Alcoa terá desligado aproximadamente 800 mil t ou 21% da sua capacidade de produção de alumínio primário. Os custos relacionados à reestruturação dos ajustes realizados no Brasil no primeiro trimestre são estimados entre US\$ 40 milhões e US\$ 50 milhões, após impostos e participação de não controladores ou US\$ 0,04 a US\$ 0,05 por ação, dos quais cerca de 30% serão non-cash.

**26-02/04/2014**

## **CIMENTO I**

### **CVR vai construir fábrica no PR**

A CVR – Companhia Vale do Ribeira planeja construir uma nova fábrica de cimento na cidade de Adrianópolis (PR). O projeto será desenvolvido em parceria com a chinesa CITIC-HIC e promete criar cerca de 2 mil empregos diretos e indiretos. A fábrica é prevista para o primeiro semestre de 2015. A iniciativa tem o apoio do governo paranaense, por meio do Programa de Incentivos Fiscais Paraná Competitivo. A CVR informa que quer aproveitar o potencial mineral da região e a demanda crescente do mercado para lançar este novo empreendimento que vai transformar a cidade e proporcionar mais qualidade de vida aos habitantes por meio da valorização da mão-de-obra local

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 646

**27-02/04/2014**

## **MINÉRIO DE FERRO I**

### **Rio Tinto vai explorar Simandou em duas etapas**

A Rio Tinto informou que o projeto Simandou está em fase de desenvolvimento, com estudos de exploração da mina em duas etapas. A primeira, com uma produção de aproximadamente 47,5 milhões de t/ano. Com a segunda etapa, o plano da Companhia é atingir 100 milhões de t/ano de extração de minério de ferro em Simandou. Segundo a empresa, a jazida tem recursos da ordem de 2 bilhões t, com teor médio de ferro de 65%. A vida útil da mina é estimada em 40 anos e a Rio Tinto tem como sócios no projeto a chinesa Chinalco e o IFC, braço de investimento do Banco Mundial. O governo da Guiné tem direito a exercer uma participação.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 646

**28-02/04/2014**

## **CURSOS**

### **Usiminas promove “Jovens Profissionais”**

A Usiminas recebe inscrições para o Programa “Jovens Profissionais Usiminas” até o dia 12 de maio. O objetivo é atrair talentos que, recém-formados em cursos de graduação em engenharia, administração, ciências contábeis e economia. As oportunidades estão disponíveis nas unidades em Belo Horizonte (MG), Ipatinga (MG) e Itatiaiuçu (MG), Cubatão (SP) e Guarulhos (SP). Podem participar pessoas com até dois anos de experiência no exercício da profissão, ou seja, jovens profissionais formados entre julho de 2012 e julho de 2014. Como diferencial, os participantes terão uma formação estruturada de cinco anos, em temas como Planejamento, Processos Industriais, Logística, Vendas, Custos, RH e Gestão, sendo dois anos pelo programa Jovens Profissionais e mais três anos de treinamentos complementares. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pelo site [www.usiminas.com/jovensprofissionais](http://www.usiminas.com/jovensprofissionais).

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 646

**29-03/04/2014**

## **Flexibilização do monopólio do urânio**

Ernesto Mandarino

Como detentor da sétima maior reserva de urânio do mundo, o Brasil não explora este potencial, enquanto países como Canadá, Austrália, Nigéria, Cazaquistão, Rússia e Namíbia respondem por 85% da produção global. Ao observar as reservas da Namíbia, Nigéria e do Brasil, ver-se-á que cada país possui cerca de 5% das reservas mundiais. Por que os países africanos respondem respectivamente por 8% e 7,7% da produção global e o Brasil apenas 0,4%? A razão é o monopólio sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio desse mineral detido pela União. A esperança para a exploração privada surge com a Proposta de Emenda à Constituição nº 76 de 2013, que seria a mola propulsora deste setor. O foco brasileiro é o consumo doméstico. Estima-se que nossas reservas seriam capazes de abastecer as duas usinas nucleares em operação e a outra ainda em construção por aproximadamente 800 anos. Parte dessas reservas poderia ser destinada à exportação, já que, em comparação com os dois países africanos, o Brasil deixa de exportar anualmente cerca de US\$ 300 milhões dessa commodity.

Os EUA importam 90% do urânio necessário, dos quais 20% são do Canadá, 19% da Rússia, 18% do Cazaquistão, 11% da Namíbia, 11% da Austrália, 9% produção própria e o restante de países como Uzbequistão, Nigéria e África do Sul. A energia nuclear corresponde a 20% da matriz energética americana, consumindo 25 mil toneladas de urânio por ano. E o Brasil poderia ser uma destas fontes. A demanda por urânio vem crescendo e a produção atual corresponde a apenas 86% da demanda global. A expectativa é que esse mercado cresça 70% nas próximas duas décadas. Será que daqui a 100 anos existirá uma demanda crescente para a energia nuclear ou outras fontes alternativas terão ocupado uma fatia maior na geração? Esperamos que o Congresso perceba o potencial brasileiro e que a flexibilização ocorra o quanto antes, para que o Brasil possa disputar com outros países uma fatia do comércio.

Fonte: Jornal do Comercio

**30-03/04/2014**

### **Flexa Ribeiro cobra aprovação, pela Câmara, de novo marco da mineração Da Redação e Da Rádio Senado**

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou da Câmara dos Deputados a análise do projeto de projeto que cria o novo código de mineração, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional no ano passado. A proposta está parada na Câmara e, lembrou o senador, trata de direito mineral, da revisão da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (a Cefem), e da transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em agência.

Flexa Ribeiro sugeriu, nesta quarta-feira (2), em Plenário, o desmembramento do projeto e a votação imediata da revisão da Cefem, no caso de não haver acordo para votar integralmente a proposta do governo. O senador sublinhou que os principais estados onde há exploração mineral – Pará, Minas Gerais, Bahia e Goiás – querem que a

alíquota da Cefem sobre o minério de ferro passe de 2% para 4% e incida sobre a receita bruta obtida com a exploração do mineral.

Ele afirmou que na Austrália, por exemplo, a alíquota é de 7,5%. Na Índia, é de 10%; e no Chile, de 16%. E nem assim tais países deixaram de ser competitivos no mercado mundial de minério.

- Ressalto que com o aumento da alíquota, com a participação especial e as demais inovações que pretendemos na legislação mineral, queremos apenas garantir que os benefícios gerados pela mineração sejam compartilhados com os verdadeiros donos, paraenses, mineiros, baianos, goianos, os brasileiros em geral.

**31-03/04/2014**

## **Prefeitos mineiros aumentam a pressão por mais royalties**

### **Patrícia Scofield - Hoje em Dia**

**OURO PRETO** – Mais de 200 pessoas, entre prefeitos, vereadores, gestores públicos e populares, ocuparam na última quarta-feira (2) a Praça Tiradentes, na cidade de Ouro Preto, Região Central, para participar do “Movimento Minério Justo Nosso Marco” e reclamar da demora na votação do PL 5.807/2013). Os manifestantes lamentaram também os prejuízos financeiros de R\$ 4 bilhões sofridos pelas cidades e estados mineradores.

Em 2013, só de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Financeiros (CFEM), Minas teria registrado prejuízo de cerca de R\$ 908 milhões. Desde 2008, a perda para os municípios chegaria a R\$ 3,66 bilhões. Não foi informado quanto Minas arrecada com a produção mineral.

Com a aprovação do novo marco regulatório, as mineradoras seriam obrigadas a aumentar o valor da (CFEM) que, no caso do minério de ferro, passaria de 2% do valor líquido da venda da substância para 4% do seu valor bruto.

De acordo com o prefeito de Ouro Preto, José Leandro Filho (PSDB), o momento é propício para chamar a atenção do governo federal para Minas. “Essa é a hora ideal para nós cutucarmos o PMDB para que seja apoiador da nossa causa, é um momento bom para que ao menos se coloque o novo marco regulatório do minério em votação. O projeto, aliás, já deveria ter sido votado ano passado. Ano que vem, serão outros deputados, novas comissões, não sabemos como será”, afirmou.

O prefeito de Mariana, Celso Cota (PSDB), que também é presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), entidade que organizou o ato da última quarta-feira (2), destacou que há consenso para que a CFEM passe de 2% do valor líquido para 4% do valor bruto. O atual marco regulatório é de 1967 e estaria, segundo Cota, ultrapassado. |

## **Nova marcha a Brasília vai pressionar por votação até maio**

O prefeito de Congonhas, José de Freitas Cordeiro (PSDB), afirmou que já está sendo organizada uma marcha de lideranças das cidades mineradoras a Brasília, para pressionar que a nova lei seja aprovada. A dois meses da Copa do Mundo, que será seguida pela campanha eleitoral, o Congresso terá apenas os meses de abril e maio para votar projetos.

Pesa ainda contra o novo marco da mineração a retirada, feita em 2013, do pedido de urgência da votação. “Esse é o nosso primeiro grito em Ouro Preto. Vamos para Brasília porque as cidades mineradoras não estão aguentando mais. E do jeito que está no governo federal, poderemos ter até mesmo outro ministro de Minas e Energia”, observou José de Freitas.

Em seus discursos no palanque, os prefeitos pediram que os moradores de suas cidades cobrem, por telefone ou e-mail dos deputados em que votaram a aprovação do novo texto na Câmara.

O representante do Gabinete de Gestão de Mineração de Goiás, terceiro estado minerador do Brasil, Tasso Mendonça Jr, compareceu à manifestação a pedido do governador Marconi Perillo (PARTIDO), em gesto de apoio. “Estivemos no ano passado com os ministros Lobão e Gleisi Hoffmann, pedindo para separarem o marco em três aspectos: CFEM, criação da agência reguladora e Código Mineral. Porém, não foi feito e temos essa questão da CFEM, que é simples, pendente, e um código estatizante. Nos últimos dois anos, Goiás sentiu a perda de recurso da produção mineral. Só em 2013, foram R\$ 7 bilhões de perda”, contou.

Para o presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib), Saulo Moraes, que é prefeito de Catas Altas, o governo ainda não mostrou pressa na votação. “Não posso afirmar que tem um lobby, mas parece que quando as mineradoras não querem, o governo também não quer”, afirmou.

**32-03/04/2014**

### **VALE: Companhia suspense temporariamente transporte de carvão em Moçambique**

São Paulo, 2 de abril de 2014 - A mineradora Vale suspendeu temporariamente o transporte ferroviário de carvão em Moçambique. Segundo a companhia, a parada nas atividades sucede um ataque ontem à noite, por volta das 21 horas local, em que uma locomotiva foi atingida no percurso que liga Moatize a Beira.

Um dos tiros contra a locomotiva atingiu a perna do maquinista, que passa



bem. A Vale decidiu manter as atividades suspensas para "permitir o melhor andamento das investigações". A companhia ainda informou em nota, que outras informações sobre o caso devem ser divulgadas pelas autoridades moçambicanas.

Paula Pereira / Agência CMA

**33-03/04/2014**

### **Gran Colombia Gold divulga resultados do quarto trimestre e do ano de 2013; cumpre metas de redução de custos totais de sustentação para 2013**



Comunicado à imprensa: PR Newswire do Brasil – 14 horas atrás

- [Email](#)
- [Compartilhar](#) 1
- [Tweet](#)
- 
- 
- [Imprimir](#)

TORONTO, 2 de abril 2014 /PRNewswire/ -- A Gran Colombia Gold Corp. (TSX: GCM, OTC: TPRFF) divulgou hoje suas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas, acompanhadas das discussões e análises da administração (MD&A -- *management's discussion and analysis*) para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013. Todos os valores financeiros contidos neste documento são expressos em dólares americanos, salvo indicação em contrário.

#### **Destaques de 2013**

- A **produção** total de 102.792 onças de **ouro** no ano representou um aumento de 1,9% sobre o ano anterior. No quarto trimestre de 2013, a produção da empresa de 22.106 onças de ouro foi impactada por menores teores médios de metal extraído pela empresa de mineração contratada, na mina El Silencio em Segovia. A produção em 2014, influenciada pelo momento em que áreas de teores mais altos se tornarem acessíveis para mineração em Segovia, deve ficar entre 102.000 a 122.000 onças.
- As **receitas** de \$ 148,5 milhões em 2013 refletiram o impacto do declínio nos preços dos metais neste ano, com a empresa realizando uma média de \$ 1.416 por onça de ouro e \$ 24 por onça de prata, valores 15% e 20% menores, respectivamente, do que

do ano passado. Para proteger o fluxo de caixa, a empresa respondeu com iniciativas significativas de redução de custos, a fim de reduzir seu custo total de sustentação por onça.

- O programa agressivo de economia de custos da empresa, que incluiu uma redução de aproximadamente 50% de sua força de trabalho em Segovia, neste ano, resultou em um decréscimo de 12,5% nos **custos totais de caixa** de 2013, para \$ 1.152 por onça, em comparação com \$ 1.317 por onça no ano passado, e um decréscimo de 21% nos **custos totais de sustentação**, para \$ 1.230 por onça no quarto trimestre de 2013, em comparação com \$ 1.558 por onça no primeiro trimestre deste ano. A empresa espera que o impacto de suas iniciativas de economia em todo o ano de 2013, junto com mais reduções da força de trabalho implementadas em Segovia no início de 2014 e com a melhora dos teores médios em Segovia, no decorrer do ano de 2014, irá reduzir seus custos totais de sustentação para uma média de \$ 950 a \$ 1.025 por onça em 2014.
- As **despesas gerais e administrativas (G&A -- general and administrative expenses)** diminuíram 32%, para \$ 11,2 milhões em 2013, o equivalente a \$ 108 por onça vendida, de \$ 16,5 milhões ou \$ 168 por onça, no ano passado. As G&A no quarto trimestre de \$ 2,3 milhões foram aproximadamente 50% menores do que no quarto trimestre do ano passado e representaram o quarto trimestre consecutivo que o programa de economia de custos baixou a taxa de extrapolação trimestral. Em 2014, as G&A serão amenizadas pelo impacto das reduções de custo em todo o ano de 2013 e devem diminuir para cerca de \$ 8 milhões, mantendo uma média de \$ 65 a \$ 80 por onça.
- **Desenvolvimento:** O projeto de expansão de Pampa Verde da empresa nas Operações de Segovia continua a avançar, com as escavações no terreno da usina quase prontas e os trabalhos de construção previstos para começar no início do segundo trimestre. A nova usina de 2.500 tpd ficará pronta para testes no primeiro trimestre de 2015 e inicia a produção, com força total, em meados de 2015. As atividades de desenvolvimento de mina estão progredindo em todas as minas em Segovia. O processo de escoamento da água em El Silencio está em andamento, para dar acesso a níveis de teores mais altos em maior profundidade na mina. A construção do poço vertical em Providencia irá começar no início do segundo trimestre e será concluída até o final do terceiro trimestre, permitindo à empresa implementar a mineração mecanizada em Providencia antes do final do ano. Pequenos jumbos serão utilizados durante o segundo trimestre deste ano para facilitar o desenvolvimento de escavações de alto teor em Sandra K, para a produção no quarto trimestre, e uma rampa será

construída na mina Carla, para aumentar as taxas de produção de áreas de teor mais alto até o terceiro trimestre deste ano. O Projeto Pampa Verde permanece dentro de seu orçamento patrimonial de \$ 84 milhões.

- **Exploração:** Em agosto de 2013, depois da conclusão bem-sucedida de uma campanha de perfuração de 20.000 metros, para modernizar e estender seus recursos em suas Operações de Segovia, a empresa anunciou uma nova estimativa de recursos minerais, com um aumento de 58% nas categorias Medidas e Indicadas, para 0,5 milhão de onças de ouro, com um teor médio de 15,2 g/t, e um aumento de 27% na categoria Inferida, para 1,4 milhão de onças de ouro, com um teor médio de 11,0 g/t. Em fevereiro de 2014, a empresa publicou uma avaliação econômica preliminar ("PEA" -- *preliminary economic assessment*) de sua estimativa de recursos minerais em Segovia, com um NPV10, em um preço médio do ouro de longo prazo de \$ 1.200 por onça, de \$ 194 milhões, de cerca de um milhão de onças contidas, na vida útil da mina de aproximadamente sete anos. A empresa está confiante de que mais exploração, a ser realizada nos próximos anos vai modernizar e estender a vida da mina em Segovia.
- **Liquidez:** Em março de 2014, a empresa concluiu uma oferta de participação acionária de C\$ 16,3 milhões, cuja receita líquida foi usada para pagar o empréstimo ponte de \$ 4 milhões e o saldo será usado para reduzir contas a pagar de até \$ 3,5 milhões e para reforçar a posição de caixa da empresa, com aproximadamente \$ 6 milhões restantes, que servirão para melhorar sua liquidez, conforme a empresa conclui a expansão de Pampa Verde.

O copresidente-executivo da Gran Colombia Serafino Iacono, disse, ao comentar as realizações da empresa em 2013: "Estamos satisfeitos com nosso progresso em 2013, ao reduzir os custos totais de sustentação e continuamos a implementar as ações requeridas para conseguir mais reduções em nossos custos totais de sustentação e aumentar nossa produção, posicionando melhor a Gran Colombia para gerar maior fluxo de caixa, conforme o trabalho continua para colocar nosso projeto de Pampa Verde, de alto teor e baixo custo, em funcionamento, até o final deste ano", afirmou.

### **Sumário financeiro e operacional**

O sumário dos resultados financeiros e operacionais do quarto trimestre e do ano de 2013 é o seguinte:

Quarto trimestre		Ano
2013	2012	2013

### **Dados operacionais:**

Ouro produzido (onças)	22.106	22.116	102.792
Ouro vendido (onças)	21.247	21.198	102.080
Preço médio realizado do ouro (\$/onça vendida)	\$ 1.295	\$ 1.728	\$ 1.416
Custos totais em dinheiro (\$/onça vendida) (1)	1.077	1.534	1.152
Custos totais de sustentação (\$/onça vendida) (1)	1.230	N/A	1.322

#### **Dados financeiros:**

(\$ 000s, exceto por quantidade de ações)

Receitas	\$ 28.460	\$ 37.758	\$ 148.531
Despesas com depreciação	(58.266)	(505)	(163.824)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas	(65.287)	(22.852)	(165.158)
Prejuízo básico e diluído por ação	(4,27)	(1,50)	(10,81)
Prejuízo líquido ajustado (1)	(2.626)	(11.740)	(15.871)
Prejuízo básico e diluído ajustado por ação (1)	(0,17)	(0,77)	(1,04)
Caixa e equivalentes de caixa	1.609	1.298	1.609
Caixa em depósito, corrente e não corrente	31.774	84.937	31.774
Total da dívida, incluindo porção corrente, em valores justos	172.515	188.449	172.515

(1) Consulte Medidas Financeiras Adicionais no MD&a da empresa

#### **Operações de Segovia**

Nas Operações de Segovia, a produção de ouro aumentou 1,3%, atingindo 80.226 onças em 2013. A produção de ouro em Segovia no quarto trimestre de 2013 foi dificultada por uma redução em teores médios no material extraído pela empresa de mineração contratada, na mina de El Silencio. A empresa entrou imediatamente em ação para corrigir a situação e os teores médios devem voltar aos níveis normais em 2014. Em 2013, a empresa implementou algumas iniciativas de economia de custos, que resultaram em uma redução de 32% nos custos de caixa, que chegou a \$ 1.089 por onça no quarto trimestre de 2013, o mais baixo desde que a empresa adquiriu as minas em 2010 -- eles foram de \$ 1.604 por onça no quarto trimestre do ano passado. Essas iniciativas incluíram uma redução da força de trabalho, realizada em diversas fases durante o ano, que cortaram a força de trabalho em cerca da metade, nas minas operadas pela empresa. Em janeiro de 2014, a empresa concluiu uma reestruturação maior de suas Operações de Segovia, para continuar a expansão e a modernização das atividades de mineração e melhorar a segurança na mineração e nas operações de processamento. Certas funções essenciais são, agora, empregadas diretamente pela empresa e uma empreiteira local foi contratada para realizar as atividades de mineração nas áreas

operadas pela empresa em Segovia. Essa nova empresa de mineração é remunerada por seus serviços com base em toneladas mineradas, reduzindo, portanto, os custos de mineração por tonelada e tornando a estrutura fixa de custos operacionais anterior, nas minas operadas pela empresa, em um sistema de custo variável, alinhado mais proximamente com a produção, receitas e fluxos de caixa.

### **Operações de Marmato**

Na mina subterrânea de Marmato, o *upgrade* bem-sucedido do triturador, concluído em meados de agosto, aumentou as toneladas processadas em 16,5% no segundo semestre de 2013. As operações permaneceram estáveis em 2013, resultando em uma produção de ouro de 22.566 onças, um aumento de 3,9% sobre o ano anterior. O impacto em custos fixos das toneladas aumentadas e da produção de ouro no segundo semestre de 2013 ajudaram a reduzir o custo de caixa de mina para \$ 1.047 por onça, no quarto trimestre de 2013, de \$ 1.273 por onça no quarto trimestre do ano passado.

### **Depreciação**

Em 2013, a empresa registrou despesas com depreciação de \$ 163,8 milhões ou, aproximadamente, \$ 9,60 por ação, descontados os impostos. As despesas com depreciação incluem \$ 105 milhões registrados no segundo trimestre de 2013, relativos as suas propriedades de exploração, principalmente seu Projeto Marmato, e \$ 58 milhões no quarto trimestre de 2013, relativo a suas Operações de Segovia. Essas despesas com depreciação foram provocadas por declínios significativos na capitalização de mercado da empresa e nos preços do ouro e da prata em 2013, em combinação com o impacto resultante no setor de ouro em geral.

O Projeto Marmato continua a ser um depósito de classe mundial de ouro e prata. Entretanto, devido ao menor preço dos metais, o valor *in situ* de mercado dessa propriedade subdesenvolvida provavelmente diminuiu. Da mesma forma, o atual ambiente do mercado tem tido um impacto adverso em orçamentos e financiamentos subordinados de exploração, reduzindo a capacidade potencial da empresa de recuperar inteiramente seus investimentos nas propriedades de exploração El Zancudo e Mazamorra, através de formação de *joint-venture* ou de transações de venda.

Em combinação com a finalização dos resultados do encerramento de 2013, a empresa completou uma avaliação de valor justo de suas Operações de Segovia, usando um preço do ouro de longo prazo de \$ 1.300 por onça e o plano de mineração incluído na PEA de fevereiro de 2014. A redução no preço do ouro de longo prazo e das onças

exploráveis contidas no plano de mineração da PEA de 2014, em comparação com análises concluídas em períodos anteriores, resultou em uma despesa com depreciação de \$ 58 milhões, registrada no quarto trimestre de 2013. Se o preço do ouro de longo prazo tivesse permanecido em \$ 1.400 por onça, nenhuma depreciação teria sido registrada contra o valor contábil das Operações de Segovia em 31 de dezembro de 2013.

### **Perspectiva**

Em 2014, a Gran Colombia permanecerá focada nos aspectos controláveis de sua geração de caixa, incluindo a execução de seu plano de mineração, para assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras, enquanto o projeto de expansão de Pampa Verde nas Operações de Segovia estiver em construção. A produção total de ouro em 2014 da empresa será influenciada pelo momento em que as áreas de alto teor se tornarão, finalmente, acessíveis à mineração em Segovia, e poderá totalizar entre 102.000 e 122.000 onças, com 80.000 a 100.000 onças em Segovia e 22.000 onças na mina subterrânea de Marmato. O desenvolvimento da mina em Segovia, incluindo um poço vertical em Providência, o escoamento de água em El Silencio, a rampa na mina Carla e maior desenvolvimento em Sandra K, irão facilitar a capacidade da empresa no quarto trimestre de 2014 para implementar a mineração mecanizada em certas áreas operadas pela empresa em Segovia, para aumentar as taxas de mineração e reduzir os custos de mineração. Além disso, o desenvolvimento da mina irá dar acesso a escavações de teor mais alto, que irá também gerar crescimento da produção e reduções dos custos totais de sustentação em uma base por onça, conforme o ano progride.

Os custos totais de sustentação da empresa foram, em média, de \$ 1.322 por onça em 2013. Em consequência de ações tomadas em 2013 e até agora, em 2014, para reduzir os custos de produção e G&A, melhoras nos teores médios, conforme o ano progride, e continuando a manter despesas de capital sustentáveis em um mínimo durante todo o ano de 2014, eles ficarão, em média, entre \$ 950 e \$ 1.025. Isso inclui um custo total de caixa médio, para o ano, de \$ 850 a \$ 900 por onça, com queda de \$ 108 por onça sobre o custo de 2013. Despesas de capital sustentáveis, incluindo uma quantia limitada para despesas com exploração e geologia em Segovia, para dar suporte à execução do plano da mina, deve equivaler a aproximadamente \$ 3,4 milhões em 2014 e os custos totais de sustentação incluem uma provisão de aproximadamente \$ 11 a \$ 13 por onça, para pagamento de taxas ambientais de descarga em Segovia.

De uma perspectiva de investimento, o foco principal em 2014 permanece nas atividades de construção e desenvolvimento do projeto de expansão de Pampa Verde nas Operações de Segovia. O projeto permanece sob controle e dentro do orçamento de capital. Os dispêndios de capital, exploração e desenvolvimento de mina, em suporte ao projeto de expansão de Pampa Verde, não estão incluídos nos custos totais de sustentação.

### **Webcast**

Como lembrete, a empresa vai promover uma teleconferência e *webcast* na terça-feira, 1o de abril de 2014, às 9h30 (horário de Nova York) ou 8h30 (horário de Bogotá), para discutir os resultados e fornecer informes operacionais.

As informações para o *webcast* e a teleconferência são as seguintes:

<b>Link para o evento ao vivo:</b>	<a href="http://www.media-server.com/m/p/gfqszw6r">http://www.media-server.com/m/p/gfqszw6r</a>
<b>Toronto e internacional:</b>	1 (514) 841-2157
<b>Chamada grátis na América do Norte:</b>	1 (888) 771-4371
<b>Chamada grátis na Colômbia:</b>	01 800 9 156 924
<b>ID da teleconferência:</b>	36866157

Uma gravação do *webcast* ficará disponível em [www.grancolombiagold.com](http://www.grancolombiagold.com) de 1o de abril de 2014 a 27 de abril de 2014.

### **Sobre a Gran Colombia Gold Corp.**

A Gran Colombia é uma empresa canadense de exploração, desenvolvimento e produção de ouro e prata, com atividades concentradas principalmente na Colômbia. A Gran Colombia é atualmente a maior produtora de ouro e prata em minas subterrâneas da Colômbia, com diversas minas subterrâneas em operação em Segovia e Marmato. A Gran Colombia também está tocando um projeto para desenvolver uma mina moderna para exploração, em grande escala, de ouro e prata, em suas operações de Segovia.

### **Declaração de advertência sobre informações prospectivas:**

*Este comunicado à imprensa contém "informações prospectivas", que podem incluir – sem se limitar a – declarações relacionadas ao futuro desempenho financeiro ou operacional da empresa e de seus projetos e, especificamente, declarações relativas ao crescimento previsto na produção anual de ouro ou redução de custos em dinheiro. Frequentemente, mas nem sempre, declarações prospectivas podem ser identificadas*

*pelo uso de palavras tais como "planeja", "espera", "é esperado", "orçamento", "programado", "estima", "prevê", "pretende", "prediz" ou "acredita" ou variações (incluindo variações negativas) de tais palavras ou frases ou declaram que certas ações, eventos ou resultados "podem", "poderiam", "podiam", "iriam" ou "irão" ser tomadas, realizados ou alcançados. Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e outros fatores conhecidos e desconhecidos, que podem fazer com que os reais resultados, desempenho ou realizações da Gran Colombia sejam materialmente diferentes de quaisquer futuros resultados, desempenho ou realizações expressos ou implícitos nas declarações prospectivas. Fatores que podem fazer com que os resultados reais difiram materialmente dos previstos nas declarações prospectivas são descritos sob a legenda "Fatores de Risco" no Formulário de Informações Anual (Annual Information Form) da empresa, com data de 31 de março de 2014, que estão disponíveis para verificação no sistema SEDAR, em [www.sedar.com](http://www.sedar.com). As declarações prospectivas aqui contidas são feitas na data deste comunicado à imprensa e a Gran Colombia rejeita, à exceção do que é exigido por lei, qualquer obrigação de atualizar quaisquer declarações prospectivas, seja em decorrência de novas informações, resultados, eventos futuros, circunstâncias, ou de mudanças nas avaliações e opiniões da administração ou de qualquer outra forma. Não há qualquer garantia de que as declarações prospectivas irão se comprovar exatas, porque resultados reais e eventos futuros podem diferir materialmente dos que foram previstos em tais declarações. Assim, o leitor é advertido a não depositar confiança indevida em declarações prospectivas.*

FONTE Gran Colombia Gold Corp.

**34-03/04/2014**

### **Chile avalia danos após forte terremoto e tsunami em região de mineração**



Por Antonio De la Jara e Fabian Cambero

SANTIAGO, 2 Abr (Reuters) - O Chile tentava nesta quarta-feira voltar à normalidade depois que um violento terremoto em sua costa norte deixou pelo menos seis mortos e provocou a remoção de quase 1 milhão de pessoas da região, por medo de um tsunami que acabou sendo menos destrutivo do que o previsto.



A presidente Michelle Bachelet voou até Iquique, cidade portuária no extremo norte do Chile, para avaliar os danos e supervisionar os esforços para restabelecer serviços básicos como eletricidade e água, interrompidos pelo sismo.

Mais de 2.600 residências foram danificadas pelo tremor de magnitude 8,2 que estremeceu a região e deu origem a alertas de tsunami ao longo de todo o Pacífico latino-americano.

O terremoto não afetou de modo significativo a mineração, uma crucial fonte de receita para o Chile, maior produtor mundial de cobre.

Bachelet, que assumiu o poder há somente três semanas, presidiu uma reunião de um comitê de emergência em Iquique, uma das cidades mais afetadas pelo sismo.

"Foi exemplar, (o modo) de enfrentar um terremoto e um tsunami", disse a presidente socialista a jornalistas. "Deram-nos um grande exemplo a todos, de como se age em conjunto, seguindo o plano tal qual estava estabelecido."

Em Iquique, milhares de pessoas retornaram nesta quarta-feira a suas casas depois de passarem a noite expostas à intempérie em colinas e praças, por medo de que um tsunami provocasse a mesma devastação causada por um outro ocorrido há quatro anos, que deixou centenas de mortos e danos multimilionários no sul do Chile.

A televisão mostrou imagens de ruas bloqueadas por destroços. No porto de Iquique, pescadores verificavam os restos de centenas de pequenas embarcações destruídas pelas ondas violentas para avaliar o que poderiam recuperar.

"Perdemos tudo", disse com resignação o pescador José Valdés a uma televisão local. "Só pudemos reaproveitar o que restou da lancha."

O papa Francisco, a presidente Dilma Rousseff, os presidentes do Peru, Ollanta Humala, e da Argentina, Cristina Kirchner, foram alguns dos que expressaram solidariedade ao Chile depois do terremoto.

## RECURSOS SEM RESTRIÇÕES

As autoridades ainda não calcularam o valor dos prejuízos, mas a declaração do estado de catástrofe na região permite ter acesso a fundos de emergência para reconstrução.

"Não há restrições no uso dos recursos para enfrentar a emergência", disse o ministro da Fazenda, Alberto Arenas.

A Marinha chilena retirou por volta das 6 horas (horário de Brasília) desta quarta-feira o alerta de tsunami que mantinha para a região norte e o centro do país desde que ocorreu o sismo, na noite de terça-feira.

**35-03/04/2014**

### **Vale está confiante em alinhar parceria para carvão na Austrália e Moçambique**



MELBOURNE, 3 Abr (Reuters) - A brasileira Vale espera alinhar uma parceria para suas operações de carvão na Austrália e em Moçambique apesar das fracas condições que a indústria enfrenta, disse seu presidente nesta quinta-feira.

A Vale havia dito anteriormente que buscava vender de 15 a 25 por cento de participação em suas operações de carvão, incluindo a mina Moatize em Moçambique e as minas Carborough Downs, Integra e Isaac Plains, e projetos não desenvolvidos na Austrália.

O presidente-executivo Murilo Ferreira disse nesta quinta-feira que as minas australianas da companhia têm "muitos problemas", mas que a empresa mantinha uma visão de longo prazo para a indústria.

"Nós temos potenciais investidores com a mesma visão, baseada em uma operação de longo prazo. E, com certeza, eles apreciam ver uma parceira conosco", disse Ferreira em Melbourne, na Austrália.

Ele não quis comentar sobre com quem a empresa está conversando.

Questionado se a companhia considera fechar alguma de suas minas australianas, Ferreira disse não ter visto nenhuma análise dos funcionários locais que pedia pelo fechamento de minas.

Ele também afirmou estar confortável com as operações da empresa em Moçambique apesar de ameaças de segurança e disse que a Vale deve estar apta a anunciar em breve uma joint venture para seus negócios de ferrovias no país.

Esta semana, a companhia suspendeu as operações na linha ferroviária de carvão Moatize-Beira, após um de seus trens ser atingido por tiros, ferindo o maquinista.

Ferreira reiterou também seu compromisso com austeridade na companhia, dizendo que não irá buscar aquisições, focando em impulsionar os retornos para acionistas com a ajuda da abertura da mina de minério de ferro em Carajás neste ano.

"O dinheiro pode ficar muito melhor nas mãos de nossos acionistas", disse.

A nova mina vai aumentar a capacidade de minério de ferro da Vale em 30 por cento, para quase 400 milhões de toneladas por ano.

O executivo espera que os preços de minério de ferro fiquem entre 100 e 125 dólares por tonelada nos próximos um a dois anos.

"Eu acredito fortemente que temos bons fundamentos", disse Ferreira sobre os negócios de minério de ferro, acrescentando que analistas que preveem fortes quedas nos preços do produto falharam em considerar o desafio de substituir reservas de minério de ferro.

(Por Sonali Paul)

**36-03/04/2014**

## **LEVANTAMENTO MAGNÉTICO DA RADAR APONTA CONTINUIDADE DE MINERALIZAÇÃO NO PA**

A Radar Iron informou hoje (2) que o levantamento magnético de superfície realizado no projeto de minério de ferro Uruará, no Pará, apontou a continuidade da mineralização de minério de ferro na direção do corpo mineral. A mineradora júnior informou também que resultados de ensaios de amostragem e mapeamento indicam o potencial do projeto para minério de ferro de alta qualidade pronto para entrega (DSO).

Segundo a Radar, os resultados do levantamento magnético apontaram uma correlação "muito boa" entre a assinatura magnética e o afloramento mapeado do site. A mineradora disse que outros afloramentos com extensões confirmadas dentro da área florestada foram identificados.

Para a Radar, os resultados do levantamento magnético de superfície e do mapeamento e amostragem geológicos garantem a necessidade de testes por meio de sondagens. Segundo a empresa, as larguras e continuidade indicadas para a mineralização aumentam o potencial para zonas substanciais de mineralização a serem definidas.

A mineradora júnior pretende utilizar plataforma de sondagem adamantada, que seria o meio mais adequado para as condições da área do projeto. De acordo com a Radar, uma empresa de sondagem deve ser contratada neste mês e começar os trabalhos em Uruará no mês que vem.

O projeto Uruará abrange 68 mil hectares próximos ao rio Amazonas e possui rochas com teores de até 66% de ferro, de acordo com amostragem litogeoquímica. Três corredores principais foram identificados nas zonas formadoras, com 250 a 400 metros de largura e até 2,5 quilômetros de comprimento, com a mineralização iniciada na superfície e estendendo-se por, pelo menos, 4 metros de profundidade.

Segundo a Radar, a infraestrutura do local está em vigor, com estradas para transportar o minério triturado até um porto de águas profundas no rio Amazonas, onde acontece o carregamento direto para navios Panamax. Uma meta de exploração de 20 a 40 milhões de toneladas, com minério de 58% a 65% de ferro, foi estimada para o projeto.

A Radar Iron é uma mineradora que controla projetos de hematita e Magnesita na Austrália. O projeto de minério de ferro Uruará vai ser o primeiro da empresa australiana no Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**37-03/04/2014**

### **PROJETO SANTA QUITÉRIA, DA INB, É ACEITO PELO IBAMA**

O Projeto Santa Quitéria, iniciativa da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e da Galvani, que permitirá a exploração de fosfato uranífero em Santa Quitéria (CE), recebeu aceitação do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) pelo IBAMA. Os documentos fazem parte das exigências do processo de licenciamento ambiental e ainda serão analisados pelo órgão.

No EIA-RIMA cada etapa do projeto Santa Quitéria é explicada, desde o planejamento até a operação, considerando a localização das instalações que serão implantadas, a geografia local, os recursos naturais e os aspectos socioculturais da região. As áreas que deverão sofrer as maiores interferências com a implantação do empreendimento estão descritas no estudo, assim como as ações propostas para prevenir, mitigar e controlar os impactos, bem como para potencializar os aspectos positivos.

Com uma previsão de investimentos de R\$750 milhões da iniciativa privada, o projeto irá explorar uma reserva mineral na qual o urânio se encontra associado ao fosfato. Para

isso, além da mineração serão implantadas unidades de produção de fertilizantes, de ração animal e de concentrado de urânio.

O RIMA ficará disponível para consulta pública em locais indicados pelo Ibama. Segundo a orientação, o Consórcio Santa Quitéria deve entregar cópia impressa e digital para órgãos de meio ambiente federais, estaduais e dos municípios de Itatira (CE) e Santa Quitéria (CE). Assim que forem entregues, o instituto publicará um edital para solicitar audiência pública.

Fonte: Minérios & Minerales

**38-03/04/2014**

## **CENTAURUS PLANEJA NOVA MINA EM MINAS GERAIS**

*Companhia dará entrada ao processo de licenciamento do projeto Candonga, em Guanhães*

A Centaurus Metals, mineradora com capital australiano sediada em Belo Horizonte, pretende dar início a uma nova operação de minério de ferro em Minas Gerais. A companhia dará entrada ao processo de licenciamento do projeto denominado Candonga, localizado na região de Guanhães (Vale do Rio Doce).

Após resultados positivos de estudos realizados para avaliar a qualidade do minério de ferro na jazida, a companhia busca acelerar o desenvolvimento do projeto, que será de pequena escala.

Em comunicado divulgado nesta semana, a empresa informou que já apresentou o relatório final de exploração ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Além disso, a Centaurus pretende entrar com o pedido de Guia de Utilização (GU) junto ao departamento no início deste mês. Caso consiga a licença, a empresa poderá extrair até 300 mil toneladas de minério run of mine (ROM) anualmente.

Nesta semana, a empresa anunciou que identificou minerais de alta qualidade, com teor de 66% de ferro e baixa impureza. Além disso, o material compreende minério de ferro granulado e pronto para a entrega.

Candonga está a 33 quilômetros do projeto Jambreiro, principal empreendimento da mineradora, instalado em São João Evangelista, no Vale do Rio Doce. As reservas são de aproximadamente 11,9 milhões de toneladas de minério de ferro.

Fonte: Diário do comércio

**39-03/04/2014**

## **CPRM PROMOVE WORKSHOP SOBRE PERFURAÇÃO CIENTÍFICA NO ATLÂNTICO SUL**

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em parceria com a Petrobras, Universidade de Heidelberg e Unesp, promove entre os dias 2 e 4 de abril, no Rio de Janeiro (RJ), o Workshop Scientific Drilling, que reúne pesquisadores do Brasil, Alemanha, Estados Unidos e França.

“Vamos discutir e formatar uma proposta ao International Ocean Programa Discovery (IODP) para perfurações no Atlântico Sul, em pontos da Elevação do Rio Grande e Platô de São Paulo. Estamos realizando nesses locais um audacioso programa de pesquisa de geologia marinha”, informa Roberto Ventura, diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM.

Ele destaca que é importante para o Brasil conhecer a evolução do Atlântico Sul, principalmente, a formação geológica da costa brasileira. Para isso, conta com parceria de universidades e institutos de pesquisa do país e do exterior. A iniciativa do workshop busca investigar os processos de evolução geológica no fundo dos oceanos.

O IODP reúne cientistas de diversos países e utiliza modernos equipamentos de perfuração para monitorar os ambientes no fundo dos oceanos. A iniciativa visa documentar mudanças ambientais, processos, efeitos da Terra, da biosfera, dos ciclos de terra sólida, de geodinâmica, recuperar registros geológicos e amostras de rochas do manto.

Fonte: Minérios & Minerales

**40-03/04/2014**

## **DNPM CAPACITA SERVIDORES SOBRE SEGURANÇA EM MINAS SUBTERRÂNEAS**

Para capacitar seus servidores, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) realizaram, de 24 a 28 de março, em Porto Alegre (RS), o curso de estudos técnicos sobre Mecânica de Rochas.

O curso objetivou capacitar os técnicos sobre segurança em minas subterrâneas, mecânica de rochas, sustentação com pilares, metodologias de monitoramento de pilares, efeitos de subsidências em áreas de extração, hidrogeologia. Assim como permitiu a capacitação em ventilação, medição de poeiras, segurança e novos métodos de lavra em minas subterrâneas mecanizadas, visando o aperfeiçoamento das ações de fiscalização do DNPM do Programa de Fiscalização e Controle da Atividade Minerária.

O Diretor-Geral Substituto do DNPM, Victor Bicca, ressaltou que o curso é extremamente importante para os técnicos da autarquia, já que essas vistorias focam no cumprimento de normas técnicas para a garantia do aproveitamento racional da jazida, com segurança operacional e boa condição de higiene e saúde dos trabalhadores.

O Coordenador de Fiscalização, Eng. Roger Romão, que representou o Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária do DNPM, Walter Arcoverde explicou a atual situação de fiscalização das minas. “Em 2013, foi atingido um percentual de 71,3% da meta prevista. Mesmo tendo sido realizadas 99 vistorias em minas subterrâneas, nem todas as minas foram alcançadas”, disse.

O curso contou com a participação de 22 servidores da Sede e das Superintendências da autarquia e foi desenvolvido para padronização dos procedimentos adotados na avaliação e estudos técnicos sobre segurança em minas subterrâneas. Na abertura, foram visitados o laboratório de Geofísica, especializado em mineração subterrânea, o laboratório de Mecânica de Rochas e a Sala de Tecnologia da Informação que permite, em ambiente 3D, a simulação de uma visita a uma mina subterrânea.

### **Acordo de Cooperação Técnica**

O início da parceria foi marcado com a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre DNPM e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que visa identificar parâmetros técnicos de segurança nas atividades de lavra subterrânea.

No acordo, a UFRGS vai disponibilizar seu conhecimento científico, por intermédio do seu corpo docente, na realização de cursos de capacitação e treinamento dos técnicos do DNPM.

Os demais cursos terão como tema métodos de lavra subterrânea; ventilação e medição de poeira em mina subterrânea; controle de maciço em escavações subterrâneas; segurança em minas subterrâneas e avaliação de projetos técnicos de mina.

Fonte: Minérios & Minerales

**41-03/04/2014**

Fiems vai discutir o Novo Marco Regulatório da Mineração para MS

*A discussão maior está em torno de dois pontos do relatório apresentado à comissão mista que faz a análise prévia da proposta*

### **Do Progresso**

O Ministério de Minas e Energia (MME), por intermédio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), é o responsável pelo controle de todo o processo de mineração em solo brasileiro, tendo como base o Código de Mineração, regido pelo

Decreto-Lei Nº 227, em vigor desde 1967. Ao longo destes 47 anos de vigência, o Código passa por modificações e sanções para que comporte os anseios dos dias atuais, mas, essas normas já não conseguem mais regular um país com intensa produção mineral como o Brasil e, por isso, em junho de 2013, foi enviado ao Congresso Nacional, pela presidente Dilma Rousseff (PT), o Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração.

Para discutir os principais pontos do novo Marco Regulatório da Mineração e seus efeitos em Mato Grosso do Sul, a Fiems e o DNPM vão promover, nesta sexta-feira (4), às 15h, no auditório do 6º andar do Edifício Casa da Indústria, em Campo Grande, uma reunião com o diretor-geral do DNPM, Sérgio Dâmaso. Na avaliação da Fiems, a mineração tem posição estratégica para a economia sul-mato-grossense, em especial para a balança comercial do Estado, e contribui de maneira expressiva para o desenvolvimento regional e a inclusão social na região de fronteira com a Bolívia, portanto, é imprescindível discutir os efeitos dessa mudança em nível estadual.

### **Mudanças**

Segundo o site do MME, dentre as propostas incluídas no Novo Marco Regulatório estão: criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), da Agência Nacional de Mineração (ANM), que irá substituir o DNPM, e também mudanças na outorga de Título Mineral. Essas medidas, no entendimento do Governo Federal, garantem melhor acompanhamento, fiscalização e gestão pelo órgão gestor. Outra novidade do marco é a participação federativa na fiscalização e gestão dos recursos minerais que constam no artigo 23 da Constituição Federal.

A Câmara Federal criou uma Comissão Especial para analisar o referido Projeto de Lei, presidida pelo deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), tendo como relator o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), com a prerrogativa de realizar audiências públicas pelo país, visando colher informações e ocasionando maior amplitude para a discussão.

A discussão maior está em torno de dois pontos do relatório apresentado à comissão mista que faz a análise prévia da proposta: o restabelecimento do “direito de prioridade” – quem pede primeiro, ganha o direito de pesquisar e explorar a jazida – e a definição de alíquotas fixas para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os royalties da mineração. (Unicom/Fiems).

**42-04/04/2014**

### **ÍNDIA DEVERÁ IMPORTAR MAIS DIAMANTES**

Os indianos são conhecidos no mundo dos diamantes por serem os maiores importadores e lapidadores. As exportações indianas de diamantes lapidados é superior a 20 bilhões de dólares por ano.



Isso vai mudar, para melhor. Agora, graças a uma nova norma do Reserve Bank qualquer empresa do ramo poderá importar diamantes brutos diretamente dos produtores em qualquer lugar do mundo. Essa nova norma facilitará a operação bancária propiciando ao importador indiano cartas de crédito e garantias bancárias junto às minas produtoras. Até o momento somente as grandes mineradoras globais como a Rio Tinto, Alrosa, BHP Billiton, Alrosa, Endiama, Gokhran, Harry Wintson tinham essa facilidade.

Fonte: Geólogo

**43-04/04/2014**

### **YAMANA ADQUIRE 50% DE PARTICIPAÇÃO EM PRODUTORA DE OURO CANADENSE**

A Yamana Gold assinou um contrato para adquirir participação de 50% em ativos de mineração e exploração da Osisko Mining. Segundo comunicado ao mercado ontem (2), o acordo prevê o pagamento de cerca de US\$ 400 milhões e emissão de 95,7 milhões de ações ordinárias da Yamana, no valor de, aproximadamente, US\$ 843,2 milhões. No Brasil, a Yamana tem projetos na Bahia, em Goiás e no Mato Grosso.

Nos termos do acordo, a Yamana se tornará parceira de todos os ativos de mineração e exploração da mineradora. A Osisko continuará a operar a mina de ouro Malartic, no Canadá, e todos os projetos em desenvolvimento, sob a orientação de um comitê de operação conjunta.

"O anúncio de hoje traz valor significativo aos nossos acionistas. Nossa parceria com a Yamana fornecerá 50% do financiamento para exploração e desenvolvimento de novos projetos, reduzindo o risco para os nossos acionistas. A Osisko continuará a seguir os seus ideais e princípios, enquanto trabalha para o crescimento do fluxo de caixa livre de nossos ativos", disse Sean Roosen, presidente e CEO da Osisko.

Segundo o comunicado, a parceria permitirá que a produção da Yamana cresça significativamente, com uma estrutura de custos consolidada e maior geração de fluxo de caixa. O acordo garante, ainda, um baixo nível de risco, considerando que a Osisko continuará como operadora das minas, por meio de um comitê de operação conjunta.

"Esta transação representa a entrada em um novo mundo, com um aumento imediato na produção e melhora na nossa estrutura de baixo custo, além do significativo e imediato impacto positivo para a nossa geração de fluxo de caixa atual e futuro. É uma ótima oportunidade da Yamana ter acesso a um ativo de alta qualidade com o menor risco", afirmou Peter Marrone, presidente e CEO da Yamana.

Segundo a Yamana, o acordo deverá ser concluído até 30 de maio de 2014, após a aprovação de todos os acionistas, aprovações regulatórias e de câmbio. Nos termos do acordo, no caso da Osisko receber uma proposta superior, a Yamana tem cinco dias úteis para cobrir tal proposta.

A Osisko Mining opera a mina de ouro Malartic, em Quebec, e possui projetos em Ontário e no México.

A Yamana é uma mineradora canadense com operações e projetos em desenvolvimento voltados para a exploração de ouro e prata, com minas localizadas no Brasil, Argentina, Chile e México. No Brasil, a empresa é responsável pelos projetos Jacobina, Fazenda Brasileiro e Santa Luz, na Bahia, Chapada e Pilar, em Goiás, e Ernesto/Pau-a-Pique, no Mato Grosso.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**44-04/04/2014**

## **WORKSHOP ABORDA INOVAÇÃO EM MINERAÇÃO**

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) promoveu na quarta-feira (2) o primeiro workshop sobre Inovação em Mineração, em sua sede, no Rio. O evento abordou as linhas de financiamento público disponíveis e os desafios da inovação tecnológica no setor.

Nos quatro painéis temáticos, foram apresentadas as linhas de financiamento e um levantamento das estratégias de inovação das mineradoras. Durante debate, os convidados sinalizaram urgências que ainda prejudicam o desenvolvimento mais amplo da indústria de mineração.

“A importância da pesquisa científica e da inovação tem se inserido cada vez mais na agenda do desenvolvimento econômico e social do país”, afirmou Fernando Ribeiro, diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep.

Segundo Paulo Resende, superintendente da Área de Fomento e Novos Negócios da Finep, as empresas estão se esforçando para fornecer mais e maiores recursos para a inovação. “O Inova Empresa, lançado há um ano pela presidente Dilma Rousseff, com R\$ 32,9 bilhões para áreas estratégicas, tem a Finep como protagonista, e converge vários atores em uma única e eficiente porta de entrada”, disse.

A coordenadora de Recursos Minerais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Tássia de Melo Arraes, palestrou sobre a disponibilidade de recursos para empresas em diversas agências e programas do Governo, via Finep, BNDES, CNPq e Sibratec, entre outras. “O Brasil se destaca ao transformar dinheiro em conhecimento, através de pesquisas, mas ainda não faz o contrário, como mostra o número relativamente baixo de patentes”, afirmou.

Segundo João Furtado, professor da USP e consultor da Vale, a relação entre desenvolvimento e recursos naturais precisa ser mais bem entendida. “Precisamos abandonar a ideia corrente de que esses recursos são uma praga. A riqueza vem do fazer bem feito, o que quer que se faça”, disse.

O evento reuniu mais de 100 participantes, entre empresários, associações, instituições de pesquisa e órgãos de Governo ligados ao setor de mineração. Entre os palestrantes estavam Denilson Rodrigues de Araújo (Samarco), Luiz Mello (Vale), Miguel Nery (ABDI), Vania Andrade (ABM), Roberto Busato (B&A Mineração), Fernando Lins (Cetem), João Luiz Carvalho (Geosol).

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**45-04/04/2014**

### **Direção-Geral realiza encontro com Superintendentes nos estados**

Dando continuidade à programação de visitas às Superintendências da Autarquia, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sérgio Dâmaso, acompanhado do Chefe de Gabinete, Ildeumar Fonseca, realiza, entre os dias 3 e 4 de abril, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, encontro com os Superintendentes da Região Centro-Oeste, assim como com os estados de Tocantins e Rondônia, além de servidores daquela unidade regional, para falar sobre as ações da Instituição.

Durante o encontro, Dâmaso apresentou as principais metas e ações que foram executadas até agora. Ele comentou que está dando destaque àquelas ações prioritárias, que incluem a revitalização dos prédios, e de todo o mobiliário.

Dâmaso reforçou a importância de se visitar cada uma das Superintendências regionais do órgão. Segundo ele, isso propicia uma excelente oportunidade de diálogo com os Superintendentes, além de possibilitar conhecer a realidade e as dificuldades que cada unidade enfrenta no dia a dia de trabalho.

Também participam do encontro o Superintendente do DNPM no Estado de Mato Grosso do Sul, Antonio Navarrete; Goiás, Dagoberto Sousa; Mato Grosso, José da Luz; Tocantins, Rômulo Marques; Rondônia, Deolindo Carvalho.

**Encontro na Fiems**  
Nesta sexta-feira, dia 4, o Diretor Dâmaso se reúne com a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul para discutir os principais pontos do Novo Marco Regulatório da Mineração e seus efeitos no Estado sul-mato-grossense, a partir das 15h, no auditório do 6º andar do Edifício Casa da Indústria, em Campo Grande.

Na avaliação da Fiems, a mineração tem posição estratégica para a economia sul-mato-grossense, em especial para a balança comercial do Estado, e contribui de maneira expressiva para o desenvolvimento regional e a inclusão social na região de fronteira com a Bolívia, portanto, é imprescindível discutir os efeitos dessa mudança em nível estadual.

**46-04/04/2014**

## **DIREITO AMBIENTAL**

Atuação de advogados gera restituição de R\$ 2 milhões por extração ilegal de cascalho em MG

Atividade clandestina gerou o prejuízo de mais de 25 mil m<sup>3</sup> de cascalho ao solo nacional, patrimônio que pertence à União

Da Redação – Última Instância

Uma mineradora terá que devolver mais de R\$ 2 milhões para a União a título de ressarcimento por exploração ilegal de cascalho no estado de Minas Gerais. A AGU (Advocacia-Geral da União) comprovou na Justiça que a atividade só pode ser realizada com autorização do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

A atividade clandestina gerou o prejuízo de mais de 25 mil m<sup>3</sup> de cascalho ao solo nacional, patrimônio que pertence à União. No caso, empresa detinha um alvará de pesquisa, mas estava explorando comercialmente o minério. Além disso, a empresa confirmou que retirou e descartou mais de 13 mil m<sup>3</sup> de cascalho que não foram utilizados.

A Procuradoria da União no estado de Minas Gerais apontou que os minérios têm valor estratégico e econômico para o país e a exploração econômica pode ser promovida apenas pela iniciativa privada quando devidamente autorizada pelo poder público competente. A atuação dos advogados tem também como objetivo assegurar a recomposição da área ambiental degradada.

A unidade da AGU destacou que a atividade irregular, além de configurar a utilização indevida do patrimônio público, é considerada enriquecimento ilícito. Na ação, os advogados alertaram que a empresa será responsável por todo minério extraído do solo, independente de ter sido comercializado.

A Seção Judiciária de Manhaçu (MG), ao analisar os argumentos apresentados pela AGU, condenou a empresa a ressarcir aos cofres públicos a quantia de R\$ 1.729.146,46 referente ao minério irregularmente extraído e comercializado, somado ao valor de R\$ 325.150,00 correspondentes aos recursos minerais rejeitados pela empresa.

### **Caso semelhante**

Em Goiás, os advogados da União também atuam para garantir o ressarcimento aos cofres públicos por extração irregular de cascalho. A Procuradoria da União no estado ajuizou uma ação pedindo a condenação do proprietário de uma fazenda localizada no município de Trindade pela mineração irregular no local.

A unidade da AGU apontou que o fazendeiro não possui respaldo do DNPM para praticar a atividade de exploração e já retirou e comercializou indevidamente do solo cerca de seis mil m<sup>3</sup> de cascalho. Na ação, os advogados também pedem que ele seja obrigado a recompor o patrimônio ambiental degradado, já que a mineração é realizada em área nativa de cerrado. O caso é acompanhado pela 3ª Vara Federal do Goiás.

Ref.: Ação Civil Pública nº 1777-87.2013.4.01.3813 - Seção Judiciária de Manhaçu/MG e Ação Civil Pública nº 9569-45.2014.4.01.3500 - pela 3ª Vara Federal de Goiás.

**47-04/04/2014**

## **EMPRESAS FINLANDESAS BUSCAM MERCADO NO BRASIL PARA MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL**

A VTT Technical Research Center, empresa finlandesa que desenvolve tecnologias para a exploração sustentável de minérios, está em busca de novos negócios no Brasil, onde abriu um escritório em 2010, na área de aproveitamento de rejeitos.

A extração de metais a partir de pilhas ou bacias de rejeitos é uma das especialidades da VTT, diz Tuomas Mustonen, vice-presidente de soluções para Recursos Naturais e Meio Ambiente, durante o Seminário Brasil Finlândia realizado hoje, em Belo Horizonte.

Entre os serviços da VTT há melhoria de processo, como o uso de biolixiviação, gestão sustentável de água e energia, controle na emissão de particulados, tratamento de rejeitos e fechamento seguro de minas, além da extração de metais a partir de rejeitos, cinzas e estéril.

Tuoma vê como principais oportunidades no Brasil as áreas de biolixiviação, recuperação de níquel, zinco, cobre e cobalto a partir de rejeitos, e fornecimento de alternativas de energia para áreas remotas.

Uma empresa parceira da VTT, a Cemis, em inglês Center for Measurement and Information Systems, se especializou no monitoramento online de processos. Risto Oikari, diretor da Cemis, diz que esse tipo de monitoramento pode evitar acidentes e problemas ambientais.

A empresa, também da Finlândia, tem parceira com a VTT para desenvolver sensores ópticos usados em mineração, fluxo de líquidos, detecção em tempo real de micro-

organismos, usados em biolixiviação, e sistemas automatizados para controle de processo e monitoramento de equipamentos móveis e analisadores portáteis para metais pesados e contaminantes.

Risto diz que a Cemis busca novos clientes e parceiros, com o apoio da VTT, principalmente para sistemas de monitoramento ambiental entre órgãos governamentais e empresas do setor de mineração e celulose. Na área de mineração, os principais alvos são produtores de minérios metálicos. “Mineradoras de ouro também são usuários em potencial dos nossos detectores de arsênio”.

A mineração na Finlândia movimentou 1,48 bilhões de euros em 2011, sendo que 980 milhões se referem a metais. Entre os objetivos do governo está a redução em 20% do rejeito gerado na operação das minas, em busca de soluções sustentáveis para a atividade mineral.

O Seminário Brasil Finlândia, realizado na sede da Federação das Indústrias de Minas Gerais, foi organizado pelo Sindixtra e Ibram e promovido pela Finpro, entidade da Finlândia para a promoção de negócios e investimentos internacionais.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**48-04/04/2014**

### **Porto da Impala vai influenciar mercado local**

Por **Francisco Góes | Do Rio**

A entrada em operação do Porto Sudeste do Brasil, em Itaguaí (RJ), em agosto, deverá levar a uma maior concorrência no mercado doméstico de minério de ferro, podendo resultar, inclusive, em aumento de preço para os produtores locais. Mas qualquer alteração significativa no cenário interno vai depender também de uma recuperação do preço do minério de ferro na China, o grande consumidor mundial da commodity.

A expectativa é de que, a partir de 2015, o mercado brasileiro passe por mudanças uma vez que pequenos e médios mineradores independentes e também grandes grupos que investem no setor em Minas Gerais terão um novo porto de grande capacidade, agora sob o comando da Impala, subsidiária da trading Trafigura, para escoar a produção e exportar.

O Porto Sudeste nasce com capacidade de escoar 50 milhões de toneladas por ano, volume que será atingido de forma gradativa. Serão 7 milhões de toneladas este ano e 35 milhões de toneladas em 2015. Em 2016, o porto poderá superar a capacidade de 50 milhões de toneladas por ano inicialmente prevista na primeira fase, etapa que, quando estiver concluída, terá consumido investimentos totais de cerca de R\$ 4 bilhões.

Mariano Marcondes Ferraz, membro do conselho de administração do consórcio Porto Sudeste, disse que investimentos adicionais em análise na retroárea do porto poderão

permitir ampliar a capacidade do Sudeste para 70 milhões de toneladas por ano a partir de 2016. Essa capacidade deve ser suficiente para atender a demanda de escoamento de grandes mineradoras que têm projetos de expansão em Minas Gerais e dependem de porto de terceiros, incluindo Usiminas, ArcelorMittal, Ferrous, Gerdau e a MMX, agora minoritária no Porto Sudeste.

Em recente teleconferência com analistas, o presidente da MMX, Carlos Gonzalez, afirmou que há mineradoras vendendo no mercado à vista para aguardar qual será a estratégia da Impala. Em nota, a Gerdau afirmou: "A Gerdau ainda está avaliando essa mudança no mercado doméstico, mas espera que a entrada de um novo player portuário possa refletir em redução de tarifas." No ano passado, a Gerdau ampliou a capacidade de produção de minério de ferro de 6,5 milhões para 11,5 milhões de toneladas por ano. Até 2016, a empresa pretende atingir 18 milhões de toneladas de produção total.

"O Porto Sudeste é uma nova plataforma logística para o setor. Estamos em conversas com mineradoras [no país] e esperamos que elas se tornem clientes do porto", disse Ferraz. O consórcio que controla o porto é formado pela Impala, subsidiária da Trafigura, e por Mubadala, empresa de investimentos e desenvolvimento de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Juntas as duas empresas pagaram US\$ 400 milhões por 65% do Porto Sudeste. Os outros 35% ficaram com a MMX, de Eike Batista.

Um analista disse que há pequenos mineradores que vendem sua produção para Vale, CSN e MMX - as quais têm porto próprio - e que passarão a vender também para o Porto Sudeste. Ferraz disse que o plano do Porto Sudeste é acessar pequenos, médios e grandes produtores. Mas deverá haver tratamento diferenciado a pequenos mineradores como a Impala já fez no Peru e na Bolívia.

O diretor-executivo de ferrosos e estratégia da Vale, José Carlos Martins, disse que existe um volume substantivo de minério de ferro de produtores independentes sendo exportado pelo terminal da empresa - e também pelo terminal da CSN - no porto de Itaguaí, vizinho ao Porto Sudeste. Martins estima esse volume de minério comprado de terceiros em cerca de 20 milhões de toneladas por ano. "A Vale compra historicamente 10 milhões de toneladas por ano através de contratos de longo prazo e espera continuar comprando no futuro", disse Martins. Além disso, a empresa vende serviço portuário para mais 3 milhões de toneladas por ano. O executivo avaliou que se não houver aumento de produção na região Sudeste, haverá maior concorrência pelo minério e o preço tende a subir com o novo porto. "Mas o que vai comandar tudo é o preço final pago pela China. O que realmente pode determinar alguma mudança no mercado [doméstico] será a combinação de aumento da capacidade portuária com um preço maior do minério na China", disse Martins.

Sebastião Costa Filho, presidente da ArcelorMittal Mineração Brasil, avaliou que a entrada em operação do Porto Sudeste muda as condições do mercado mais pela capacidade de embarque para o mercado internacional. "Os operadores dos atuais portos em funcionamento já apresentaram uma postura diferente em 2014. Existe mais oferta

do que ocorria antes, e os valores praticados têm sido menores. A nossa cadeia logística ainda é muito cara, pouco competitiva no cenário internacional", disse Costa Filho. Os grandes produtores brasileiros, donos ou sócios desta cadeia logística, ainda conseguem adquirir minério de produtores menores, a preço competitivo, desestimulando a ida desses produtores ao mercado externo, avaliou o executivo. Perguntado se a ArcelorMittal tem planos de fechar contrato para embarques via Porto Sudeste, ele afirmou que toda nova oportunidade tem de ser estudada. "Nossa busca será sempre pelo melhor negócio." A ArcelorMittal quer crescer na mineração no Brasil. Em 2013, produziu 4 milhões de toneladas de minério de ferro no país, número que deverá ser um pouco maior em 2014.

Usiminas e Ferrous não se pronunciaram. A Usiminas tem projeto avaliado entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 3 bilhões para produzir mais 17 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Hoje a capacidade da empresa é de 12 milhões de toneladas. A Ferrous anunciou, em 2013, plano para produzir 15 milhões de toneladas de minério de ferro na mina de Viga, em Congonhas (MG), a partir de 2017.

**49-04/04/2014**

### **Samarco prevê alcançar receita de US\$ 4 bilhões em 2014 com expansão**

Por **Olivia Alonso | De Anchieta (ES)**

A mineradora Samarco tornou-se ontem a segunda maior pelletizadora de minério de ferro do mundo com a inauguração de sua quarta usina de pelletização no site de Ubu, na cidade de Anchieta (ES). A nova unidade está ao lado das três anteriores e vai produzir já a partir deste ano 8,25 milhões de toneladas de pelotas ao ano. Com a ampliação, a empresa passa a uma capacidade total de 30,5 milhões de toneladas de pelotas de minério em um só local, atrás apenas da Vale, que pode produzir 36 milhões de toneladas em seu complexo de Tubarão, ao lado de Vitória (ES).

O novo volume permitirá à empresa elevar neste ano seu faturamento para US\$ 4 bilhões, disse o presidente da companhia, Ricardo Vescovi. Um joint venture 50% a 50% entre Vale e BHP Billiton, a Samarco divulgará o balanço do ano passado nos próximos dias, mas o diretor financeiro, Eduardo Bahia, adiantou que em 2013 o faturamento foi de "pouco mais de US\$ 3 bilhões", com a venda de 21 milhões de toneladas de pelotas.

Neste ano, a empresa estima produzir em 28 milhões de toneladas e, em 2015, terá o ano cheio com a nova capacidade total.

Para chegar ao novo volume, a Samarco investiu R\$ 6,4 bilhões, sendo US\$ 1,7 bilhão levantados em emissões de bônus nos Estados Unidos, em 2012 e 2013, e o restante do caixa próprio da empresa. O aporte incluiu a ampliação de sua operação de concentração de minério em Germano (MG), entre Mariana e Ouro Preto (em 9,5 milhões de toneladas, para 33,5 milhões) e investimentos em seu terminal portuário, ao lado das pelletizadoras, e em seu mineroduto.



Com extensão de 400 km, os dutos que levam o minério extraído de Germano até Ubu foram ampliados em 9,5 milhões de toneladas, para o total de 45 milhões de toneladas anuais. Essa capacidade já permitiria transportar um volume maior de minério de ferro para, futuramente, suprir uma quinta pelletizadora.

Por ora, a companhia deixará um dos dutos antigos em "hibernação", segundo Maury de Souza Junior, diretor de implementação de projetos. De acordo com ele, a companhia decidiu expandir a capacidade do mineroduto para acima dos volumes de minério e pelotas por causa de custos e da complexidade de obra para uma expansão. "Fizemos isso já pensando no futuro", afirmou.

Segundo Vescovi, a empresa vai se concentrar neste momento na conclusão da obra atual e, posteriormente, vai avaliar o projeto de uma quinta pelletizadora, que caberia perfeitamente no espaço de Ubu. A empresa tem uma reserva de 3 bilhões de toneladas de minério de ferro na mina própria, o suficiente para abastecer suas atuais pelletizadoras por 50 anos.

No momento, a Samarco destinará as pelotas da nova pelletizadora para os mesmos clientes que já estão em sua carteira. "Estudamos o nosso mercado e também o dos clientes. Estamos crescendo com eles", disse o presidente.

Fundada em 1977, a Samarco tem participação de 20% no mercado global de pelotas de minério de ferro, segundo o executivo. Atualmente, vende cerca de 15% da produção para China, 30% para Oriente Médio e norte da África, 20% para a Europa, 20% para o restante da Ásia (exceto China) e 15% para as Américas, segundo informou Roberto Carvalho, diretor comercial da empresa. No Brasil, tem como cliente apenas a Usiminas.

Desde 2005, a empresa vem reduzindo sua dependência da China, disseram os executivos, apesar de negarem que a redução recente das compras de minério pelo país não ameacem a empresa. "O que preocupa a companhia não é a volatilidade do mercado de minério de ferro, já que as pelotas são um produto de maior qualidade, com um prêmio pago sobre o valor do minério fino", disse Vescovi.

Eles acrescentaram que os mercados americano e japonês estão crescendo. Nos EUA, a queda do custo de produção de aço em função da produção de shale gás (gás de xisto) anima a empresa. Segundo Carvalho, a Samarco fechou um contrato de fornecimento à Nucor, de Lousiana.

Toda a sua produção sai diretamente de seu terminal portuário em Ubu, com capacidade para 33 milhões de toneladas ao ano.